



1 **ATA N. 05/2018 DA 878ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE**  
2 **FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ – CRF-PR, REALIZADA NOS DIAS 17 E 18**  
3 **DE MAIO DE 2018.** -----

4 A Plenária iniciou-se às quatorze horas do dia dezessete de maio de dois mil e dezoito,  
5 na Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, CRF-PR, situado  
6 na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296, Hugo Lange, em Curitiba/PR. -----

7 **Presentes: Dra. Mirian Ramos Fiorentin – Presidente, Dr. Marcio Augusto**  
8 **Antoniassi – Vice-Presidente, Dra. Sandra Iara Sterza – Diretora Tesoureira, Dra.**  
9 **Nádia Maria Celuppi Ribeiro – Diretora Secretária-Geral, Dr. Arnaldo Zubioli, Dr.**  
10 **Fábio de Brito Moreira, Dr. José dos Passos Neto, Dra. Karen Janaina Galina,**  
11 **Dra. Leila de Castro Marques Murari, Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo, Dra.**  
12 **Marina Gimenes, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto e Dra. Mônica Holtz**  
13 **Cavichiolo Grochocki – Conselheiros Regionais e Dr. Valmir de Santi -**  
14 **Conselheiro Federal.** -----

15 **Justificativa de Ausência: Dr. Edmar Miyoshi – Conselheiro Regional.** -----

16 **Presentes também:** Elias Montin – Assessor Político, Cristiane Bregenski Felício –  
17 Gerente Contábil, Flávia de Abreu Chaves – Gerente de Cadastro e Recepção, Sérgio  
18 Satoru Mori – Gerente Geral, Eduardo Carlos Freitas – Farmacêutico Fiscal, Marissol  
19 Alves – Assessora da Diretoria, Luciano Pacheco – Farmacêutico Fiscal, Ribamar  
20 Jones Schmitz- Farmacêutico Fiscal, Welinson Fabrício da Silva - Farmacêutico  
21 Fiscal, Gabriele Luize Pereira – Farmacêutica Fiscal, José Paulo Pacola –  
22 Farmacêutico Fiscal, Fernanda Rogenski Penteado – Gerente de Ética, Nayana  
23 Banhara – Farmacêutica Fiscal, Zilvani Hortelina Bernardo – Farmacêutica Fiscal, Ana  
24 Paula Vilar Ribeiro da Silva – Associação dos Farmacêuticos de Curitiba e Região –  
25 AFCR, Jorge Antônio Salem – Farmacêutico Fiscal, Jackson Carlos Rapkiewicz –  
26 Gerente Técnico Científico, Gustavo Lavorato Justino da Silva – Assessor de  
27 Comunicação, Edson Siqueira Alves - Farmacêutico Fiscal, Adriana Olsemann de  
28 Campos – Farmacêutica, Silvio Franchetti - Farmacêutico Fiscal, Eduardo Antônio  
29 Pereira Pazim – Gerente de Fiscalização, Hugo Viana Duarte de Oliveira – CRF-RJ,  
30 Laís Zuzzi Ferrari Vannucci – Farmacêutica Fiscal, Marcelo Eduardo Polak -  
31 Farmacêutico Fiscal, Vinícius Gomes de Amorim - Gerente Jurídico e Edivar Gomes  
32 – Gerente Administrativo. -----

33 **Homenagem Póstuma:** Antes de iniciar a pauta regimental, a Presidente, Dra. Mirian  
34 Ramos Fiorentin, anunciou homenagem póstuma ao farmacêutico Dr. Carlos Cecy,  
35 falecido no último dia 28 de abril. Na presença da esposa, Irene Cecy, e da nora,  
36 Camila Cecy, um vídeo foi exibido lembrando a trajetória do profissional que muito  
37 contribuiu para a classe farmacêutica. Convidada a se manifestar, a ex-Presidente do  
38 Regional, Dra. Marisol Domingues Muro, destacou a caminhada do professor  
39 universitário e as vitórias que ajudou a conquistar. Rememorou o colega de estudo na  
40 Comissão Assessora de Documentação Histórica do CRF-PR, sentindo-se  
41 privilegiada por ter convivido com Dr. Carlos Cecy e ouvido muitas de suas histórias.  
42 A Conselheira Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto relatou o carinho e a  
43 preocupação que o homenageado sempre dispendeu aos colegas. A Presidente do  
44 Sindifar, Dra. Lia Melo de Almeida, se emocionou ao recordar o tempo em que  
45 trabalhou com o farmacêutico na Comissão Eleitoral Regional. O Farmacêutico Fiscal,  
46 Dr. Silvio Franchetti, exaltou a labuta em defesa da fiscalização do exercício  
47 profissional. O Conselheiro Dr. Arnaldo Zubioli, informou ter conhecido o Dr. Carlos  
48 Cecy ainda na década de setenta, exaltando a sabedoria intelectual e, principalmente,



49 humanitária do farmacêutico. Lembrou o tempo em que o profissional assumiu a  
50 Presidência do Conselho Federal de Farmácia, interrompendo a hegemonia paulista  
51 a frente da Entidade e transferindo a Sede do CFF de São Paulo para Brasília, o que  
52 teria sido um grande passo na aproximação das reivindicações farmacêuticas ao  
53 ambiente político. Finalizou enaltecendo o amor que o homenageado manifestava  
54 pelo Regional e revelando ser imensa a dor da perda, só não maior que a saudade  
55 que sentira. Dra. Mirian Ramos Fiorentin repassou ainda as condolências externadas  
56 pelo ex-Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Dr. Michele Caputo Neto, pelo  
57 Presidente do CFF, Dr. Walter Jorge da Silva João, pelo Conselheiro Federal, Dr.  
58 Valmir de Santi e por todos os ex-Presidentes do CRF-PR. Também agradeceu aos  
59 familiares presentes por terem possibilitado ao Dr. Carlos Cecy dispor de seu tempo  
60 em favor da profissão farmacêutica e convidou Dr. Arnaldo Zubioli para, ao seu lado,  
61 representar o Regional na entrega de láurea à esposa do falecido. A memória do  
62 profissional foi aplaudida em pé por todos que na sequência realizaram um minuto de  
63 silêncio para ratificar o respeito e admiração ao homenageado. -----  
64 **Aprovação da Pauta:** A Presidente do Regional submeteu a pauta à apreciação do  
65 Plenário, expondo a solicitação da Conselheira Dra. Mônica Holtz Cavichiolo  
66 Grochocki, para supressão do item “retorno da proposta de Resolução Estadual que  
67 institui Norma Técnica para orientar abertura, funcionamento, condições físicas,  
68 técnicas e sanitárias em farmácias públicas” previsto para o dia subsequente. Explicou  
69 que a Consulta Pública sobre o assunto, publicada pela Secretaria de Estado da  
70 Saúde do Paraná, Sesa, fora prorrogada por 60 (sessenta) dias, assim, haveria maior  
71 tempo para debater a temática junto à Comissão Assessora de Assistência  
72 Farmacêutica no Serviço Público, Cafsus, antes de replicá-la ao Pleno. Sem objeções  
73 a respeito, a alteração foi aprovada, bem como os demais itens da pauta. -----  
74 **Aprovação da Ata anterior:** A Presidente, Dra. Mirian Ramos Fiorentin, consultou os  
75 Conselheiros sobre possíveis alterações na Ata. Dra. Maria do Carmo Marques  
76 Baraldo avaliou que seriam necessárias-pequenas alterações de texto, no entanto não  
77 soube assinalá-las, tornando o argumento sem efeito. Assim, sem considerações  
78 quanto ao conteúdo, o documento foi aprovado por unanimidade de votos. -----  
79 **Expedientes:** Revista Ciências da Pele – Edição n. 11 – Janeiro de 2018; Estimativa  
80 2018: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar  
81 Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA,  
82 2017; Temática Cosméticos – Revista de Negócios da Indústria da Beleza – Março  
83 2018 – N. 37 – Ano 13; e Revista do Farmacêutico – Publicação do Conselho Regional  
84 de Farmácia do Estado de São Paulo – Janeiro/Fevereiro/Março de 2018. -----  
85 **Informe dos Conselheiros e Assuntos Gerais:** O Conselheiro Dr. José dos Passos  
86 Neto, comunicou ter participado, ao lado do Conselheiro Federal, Dr. Valmir de Santi  
87 e do Supervisor de Seccional, Dr. José Carlos Tozetto Vettorazzi, da abertura da  
88 Semana Acadêmica do Curso de Farmácia das Faculdades Ponta Grossa, rendendo  
89 agradecimentos aos Diretores por terem autorizado a ajuda de custo ao deslocamento  
90 do profissional Dr. Euclides de Lara Júnior, palestrante que compartilhou importante  
91 conhecimento. Na sequência, Dr. Arnaldo Zubioli leu seus comunicados, conforme  
92 seguem na íntegra: -----  
93 “1.Comemorou-se “O dia do uso racional de medicamentos”, em dia 5 de maio.  
94 Nenhuma palavra foi dita sobre os Grupos contrários à vacinação que avançam no  
95 País e preocupam o Ministério da Saúde, acompanhando uma tendência  
96 internacional. Embora o Brasil tenha um dos mais reconhecidos programas públicos



97 de vacinação do mundo, com os principais imunizantes disponíveis a todos  
98 gratuitamente, vêm ganhando força no País Grupos que se recusam a vacinar os filhos  
99 ou a si próprios. Esses movimentos estão sendo apontados como um dos principais  
100 fatores responsáveis por um recente surto de sarampo na Europa, onde mais de 7 mil  
101 pessoas já foram contaminadas. No Brasil, os grupos são impulsionados por meio de  
102 páginas temáticas no *Facebook* que divulgam, sem base científica, supostos efeitos  
103 colaterais das vacinas. Os efeitos adversos que são relacionados incluem os  
104 excipientes das vacinas como: Antibióticos como neomicina, polimixina B ou  
105 gentamicina, utilizados na fabricação de vacinas como vacinas varicela, vacinas  
106 contra a gripe, vacinas combinadas de DTPa e vacina contra a caxumba-rubéola  
107 sarampo ou algumas vacinas contra a gripe; Formaldeído pode estar presente para  
108 inativar produtos bacterianos para vacinas toxóides. Isso também mata vírus e  
109 bactérias que podem contaminar a vacina durante a produção e armazenamento;  
110 Adjuvantes como sais de alumínio ou géis, como hidróxido de alumínio, fosfato e  
111 potássio alumínio sulfato de alumínio (alum). Estes levam a uma resposta imune mais  
112 persistente à vacina e permite uma dose mais baixa da vacina a ser usada;  
113 Estabilizadores como glutamato monossódico (MSG) e 2-fenoxietanol; Aditivos  
114 incluem lactose e sacarose (ambos açúcares), glicina e humano ou bovino (vaca)  
115 albumina (ambas proteínas); Conservantes como Thimerosal que contém mercúrio é  
116 adicionado aos frascos de vacina. Timerosal não está mais em uso nos EUA e União  
117 Europeia. O avanço desses movimentos contrários à vacinação já preocupa o  
118 Ministério da Saúde, que observa queda no índice de cobertura de alguns imunizantes  
119 oferecidos no Sistema Único de Saúde (SUS). No ano passado, por exemplo, a  
120 cobertura da segunda dose da vacina tríplice viral, que protege contra sarampo,  
121 caxumba e rubéola, teve adesão de apenas 76,7% do público-alvo. Isso preocupa e  
122 causa um alerta para nós porque são doenças imunopreveníveis, que podem voltar a  
123 circular se a cobertura vacinal cair, principalmente em um contexto em que temos  
124 muitos deslocamentos entre diferentes países. A disseminação de informações contra  
125 as vacinas ocorre principalmente em grupos de pais nas redes sociais. Nesses  
126 espaços, os pais compartilham notícias publicadas em blogs, a maioria de outros  
127 países e em inglês, sobre as supostas reações às vacinas – por exemplo,  
128 relacionando-as ao autismo. Os pais também trocam informações para não serem  
129 denunciados, como não informar aos pediatras sobre a decisão de não vacinar os  
130 filhos, e estratégias que eles acreditam que garantiram imunização das crianças de  
131 forma alternativa, com óleos, homeopatia e alimentos. É necessário campanhas de  
132 esclarecimentos em especial dos Conselhos Regionais de Farmácia. 2. Ainda em  
133 relação às comemorações do “Dia do uso racional de medicamentos”, de 5 de maio,  
134 lembrou a tramitação do Projeto de Lei 9.482/2018 apresentado pelo deputado federal  
135 Ronaldo Martins (PRB/CE), que prevê que medicamentos isentos de prescrição  
136 poderão ser dispensados e comercializados em supermercados e estabelecimentos  
137 similares, sem a necessidade de intervenção de farmacêutico para a dispensação. O  
138 PL foi encaminhado no último dia 20 de fevereiro para a Comissão de Seguridade  
139 Social e Família (CSSF). Esta não é a primeira tentativa de liberar a venda de MIPs  
140 em supermercados. A Lei n. 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do  
141 comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, teve os  
142 parágrafos XVIII, XIX e XX, do artigo 4, incluídos por meio da Lei n. 9.069/95, que  
143 suprimiu a Medida Provisória (MP) n. 542/94 (ambas tratavam da comercialização de  
144 medicamentos isentos de prescrição em supermercados, armazéns, empórios e lojas



145 de conveniência). O Relator à época era o Senador José Fogaça (PMDB), do RGS.  
146 Em 2004, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proibiu definitivamente a  
147 comercialização nesses estabelecimentos. Em 2009, o então deputado Sandro Mabel  
148 tentou autorizar novamente a comercialização por meio da MP 549/11, mas esta foi  
149 rejeitada na Câmara dos Deputados e vetada em 2012 pela então Presidente Dilma  
150 Rousseff. Retornamos com o mesmo assunto agora com o PL n. 9.482/2018. [Melo  
151 Eduardo Borges de, Teixeira Jorge Juarez Vieira, Mânica Graciele Cristiane More.  
152 Histórico das tentativas de liberação da venda de medicamentos em estabelecimentos  
153 leigos no Brasil a partir da implantação do Plano Real. Ciênc. saúde coletiva [Internet].  
154 2007 Oct [cited 2018 May 15]; 12(5): 1333-1339]. Infelizmente as ações dos  
155 Conselhos Regionais de Farmácia têm sido acanhadas num momento delicado da  
156 situação presente no Congresso Nacional. Esperamos ações propositivas mais fortes  
157 até o afastamento do perigo representado pelo PL. 3. Judicialização da Saúde.  
158 Atendendo às reivindicações de pacientes de doenças graves que buscam  
159 medicamentos de última geração, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ)  
160 adotou recentemente medidas destinadas a reduzir o número de ações judiciais  
161 impetradas pelo Ministério Público, por Defensorias Públicas e por ONGs, pedindo  
162 aos tribunais que obriguem o poder público a distribuir gratuitamente medicamentos  
163 que não constam da lista do Sistema Único de Saúde (SUS). A 1ª Seção do Superior  
164 Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que, pela Constituição, o poder público é  
165 obrigado a fornecê-los sem custo. Mas, acolhendo ao mesmo tempo as reclamações  
166 das autoridades da área da saúde, para as quais a distribuição gratuita desses  
167 medicamentos compromete o planejamento dos Estados e municípios e desorganiza  
168 as finanças públicas, o STJ estabeleceu três regras para que possam ser concedidos.  
169 A primeira regra obriga os médicos a justificar, de forma circunstanciada, a  
170 necessidade do medicamento que receitaram para o tratamento da moléstia e a  
171 demonstrar a ineficácia dos medicamentos similares constantes da lista do SUS. A  
172 segunda regra determina que os pacientes comprovem não ter condição de arcar com  
173 o custo dos medicamentos receitados, que costumam ser mais caros do que os da  
174 lista do SUS. A terceira regra exige que esses medicamentos estejam registrados na  
175 Agência Nacional de Vigilância Sanitária. No mesmo julgamento, o STJ determinou  
176 ainda que os órgãos técnicos do Ministério da Saúde estudem a incorporação de  
177 medicamentos de última geração na lista de fármacos gratuitos do SUS. Essas ações  
178 judiciais começaram a proliferar no Judiciário após a promulgação da Constituição de  
179 1988, que assegurou a todos os brasileiros o direito universal e integral à saúde. Até  
180 1988, a rede pública praticamente não distribuía medicamentos gratuitos. Com a  
181 criação do SUS, as autoridades da área da saúde elaboraram listas de medicamentos  
182 a serem distribuídos de graça aos segmentos mais pobres da população. Contudo,  
183 apoiados por promotores, defensores públicos e ativistas sociais, pacientes de classe  
184 média passaram a obter nos tribunais liminares obrigando o SUS a distribuir  
185 medicamentos de última geração para doenças específicas e de tratamento  
186 prolongado. As Secretarias da Saúde e o Ministério Público reagiram imediatamente,  
187 alegando que, além do alto preço, vários fármacos cuja distribuição vinha sendo  
188 imposta por liminares tinham duvidosa efetividade terapêutica. Também lembraram  
189 que, por não ter formação técnica na matéria, os juízes não só estariam adotando  
190 decisões equivocadas, como também estavam, por meio das liminares concedidas,  
191 esvaziando a competência do Executivo para gerir a área da saúde. O Judiciário tem  
192 considerado algumas dessas críticas procedentes. De lá para cá, numa iniciativa



193 inédita, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou à Justiça Federal e às  
194 Justiças estaduais a criação de equipes técnicas, integradas por médicos e  
195 farmacêuticos, para auxiliar os juízes dos tribunais inferiores no julgamento das ações  
196 e pedidos de liminar. Em seguida, reconhecendo a saúde como direito fundamental,  
197 mas preocupado com as limitações orçamentárias do poder público num contexto de  
198 crise fiscal, o CNJ organizou um Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, reunindo  
199 magistrados, promotores, defensores públicos, dirigentes do Executivo e agências  
200 reguladoras do setor. Por seu lado, os tribunais superiores promoveram audiências  
201 públicas e passaram a aplicar o princípio da repercussão geral, acelerando as ações  
202 judiciais que acusavam a lista de medicamentos do SUS de estar sempre defasada e  
203 de não acompanhar a evolução da medicina. O problema da judicialização ainda está  
204 longe de uma solução definitiva, mas vem sendo enfrentado de modo consequente e  
205 responsável. Lembro aqui a lembrança sempre presente, mas nunca acatada pelo  
206 Poder Judiciário em relação à necessidade de farmacêuticos como técnico  
207 especializado do setor. Ainda, durante a nossa administração a frente do CRF-PR  
208 tentamos algumas vezes viabilizar a proposta, mas sem sucesso sob a falsa alegação  
209 de falta de verbas. 4. A saúde do SUS. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado  
210 pela Constituição de 1988 com uma meta generosa: atender a todos os cidadãos do  
211 país, sem discriminação. Ele completa 30 anos com resultados importantes. Sete em  
212 cada dez brasileiros usam apenas os seus serviços, sem recorrer à rede privada. O  
213 SUS oferece acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela Organização  
214 Mundial de Saúde e cuida do maior modelo público de transplantes de órgãos do  
215 mundo. Também dá assistência integral aos portadores do HIV e de diversas doenças  
216 graves. Desde 1994, desenvolve um bom programa de atenção básica, a Estratégia  
217 Saúde da Família. Mas todo mundo conhece os problemas do sistema. São longas  
218 filas e dificuldades nos casos mais complicados. Não é à toa que a população elegeu  
219 a saúde como o maior problema do país em pesquisa Datafolha. Um problema, claro,  
220 é a falta de dinheiro. As estatísticas mostram que aplicação de recursos públicos do  
221 Brasil no setor está bem longe dos padrões dos países desenvolvidos. Só que não  
222 adianta ficar esperando mais dinheiro do governo federal, dos estados e dos  
223 municípios. Quase todos estão com os cofres vazios. O jeito, no momento, é  
224 racionalizar os gastos do que se tem. É há muito para se fazer. Um bom começo é  
225 fortalecer a atenção básica, os cuidados primários de saúde, que pode resolver a  
226 maior parte dos problemas sem precisar de especialistas. É preciso pensar em tudo  
227 isso já, porque a população brasileira está ficando cada vez mais idosa. Isso significa  
228 que o trabalho do SUS vai aumentar nos próximos anos. O farmacêutico pelo seu  
229 conhecimento de farmacoepidemiologia e farmacoconomia pode oferecer uma  
230 alternativa para tornar o SUS mais viável em relação ao emprego de fármacos e  
231 medicamentos e a racionalidade da terapêutica farmacológica de acordo com a Lei n.  
232 13021/14.” -----  
233 Na continuidade, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki complementou que existem  
234 muitas pessoas comprometidas atuando no SUS e promovendo um serviço de  
235 qualidade, defendendo que os problemas deveriam ser identificados e solucionados  
236 para o completo funcionamento do sistema que traz provas de sua eficiência. Dr.  
237 Arnaldo Zubioli destacou ainda a necessidade de trabalhar-se na reafirmação da  
238 importância das vacinas na prevenção de doenças. Dr. José dos Passos Neto  
239 contribuiu que a boa gestão, como a promovida pelo Ex-Secretário de Estado da  
240 Saúde, Dr. Michele Caputo Neto, é indispensável na busca por bons resultados. Ainda



241 nos informes, a Conselheira Dra. Leila de Castro Marques Murari noticiou ter  
242 participado da campanha pelo uso racional de medicamentos, realizada em Londrina,  
243 na Sede do Sindicato dos Aposentados, tendo contado com a presença do CRF-PR  
244 Júnior entre outros colaboradores do Regional que orientaram a população em uma  
245 iniciativa que julgara louvável. A Conselheira Dra. Karen Janaina Galina agradeceu o  
246 apoio do Regional na promoção de um curso de injetáveis a ser promovido pela  
247 Associação Maringaense de Farmacêuticos, no dia 02 de junho do corrente ano, na  
248 Sede da Associação Comercial e Empresarial de Maringá. Ainda sobre o município  
249 em que é domiciliada, destacou o grande número de farmacêuticos que participaram  
250 do juramento e entrega de carteiras na última terça-feira, dia 14 e expôs que a  
251 campanha sobre o uso racional de medicamentos será no dia 20 de maio, no parque  
252 Ingá. Já em Cascavel, Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo relatou a ação  
253 desenvolvida em 05 de maio, destacando o envolvimento de profissionais e  
254 acadêmicos que auxiliaram em mais de mil atendimentos. Adiantou ter solicitado  
255 relatório formal das atividades à coordenação dos discentes envolvidos, a fim de  
256 promover um *feedback* sobre o evento e nortear melhorias na organização de  
257 atividades futuras. O Conselheiro Dr. Fábio de Brito Moreira, que também participou  
258 da concentração em Cascavel, comungou do êxito da iniciativa e informou ter  
259 realizado uma roda de conversa com alunos do quinto ano de uma escola pública do  
260 município supracitado, explicando sobre a importância do uso consciente dos  
261 medicamentos. Na sequência, a Diretora-Tesoureira, Dra. Sandra Lara Sterza,  
262 compartilhou parte da agenda da Diretoria executada no último mês. Assim, noticiou  
263 participação em Sessão Solene alusiva ao Dia do Trabalhador, promovida pela  
264 Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no último dia 03, em que os  
265 farmacêuticos Dra. Graciele de Pintor e Dr. Fábio Stahlchmidt foram homenageados.  
266 Destacou ainda sua atuação em juramentos e entrega de carteiras, comemorando o  
267 grande número de participantes em Curitiba, no dia 11, e em Londrina, onde o evento  
268 fora realizado em 14 de maio. Sobre a campanha pelo uso racional de medicamentos,  
269 relatou o sucesso da ação, relatando que em Londrina buscou-se como público alvo  
270 os idosos que interagiram com os farmacêuticos, elevando o patamar das abordagens  
271 para muito além da simples panfletagem, promovendo orientação individualizada aos  
272 participantes. O Vice-Presidente, Dr. Márcio Augusto Antoniassi, explanou que no dia  
273 03 de maio reuniu-se com o Gerente Técnico Científico do CRF-PR, Dr. Jackson  
274 Rapkiewicz, para aprimorar questionário que em breve será aplicado à farmacêuticos  
275 com o intuito de melhor conhecer a realidade da classe. Esclareceu que a Comissão  
276 de Farmácia Comunitária já tem ciência sobre a proposta que, em breve, também será  
277 apresentada aos Conselheiros para que contribuam com o documento. O Vice-  
278 Presidente noticiou ainda ter participado, no dia 11 de maio, do primeiro treinamento  
279 da Comissão Descentralizada de Ética em Londrina e, nos dias 14 e 15 de maio, de  
280 Reuniões de Orientação e entrega de carteiras efetivada, em Londrina e Maringá,  
281 respectivamente. Ainda nos informes, Dra. Mirian Ramos Fiorentin compartilhou sua  
282 participação na Plenária do Conselho Federal de Farmácia, nos dias 26 e 27 de abril,  
283 detalhando aos presentes os assuntos mais importantes da pauta. Já no dia 02 de  
284 maio, a Presidente expôs ter representado o Regional em Reunião com a Vigilância  
285 Sanitária de Assis Chateaubriand, sobre assistência farmacêutica e no dia 04, junto  
286 aos demais Diretores, participou da campanha, em Curitiba, alusiva ao Dia Nacional  
287 do Uso Racional de Medicamentos. No dia 08 de maio, Dra. Mirian Ramos Fiorentin  
288 compartilhou os encaminhamentos providos da Audiência Pública: impactos da



289 Educação a Distância na Formação Profissional na Área da Saúde, realizada na  
290 Assembleia Legislativa do Paraná, sendo complementada pela Dra. Mônica Holtz  
291 Cavichiolo Grochocki que disse orgulhar-se da forma organizada como este Regional  
292 está conduzindo a reivindicação para que não seja autorizada a graduação superior  
293 em farmácia integralmente a distância. A Presidente ratificou o propósito de garantir a  
294 qualidade da educação e Dr. Arnaldo Zubioli sugeriu que os esforços sejam  
295 redirecionados à alteração do Decreto n. 9.235/2017, no que tange a seu artigo 41,  
296 para inserir a farmácia como um dos cursos que requer condições especiais para  
297 abertura, ao lado do Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, já  
298 citados pelo regramento. Dra. Mirian Ramos Fiorentin defendeu que a estratégia é  
299 válida, entretanto não acredita que deva ser aplicada de forma isolada, devido à  
300 dificuldade de acesso ao Ministério da Educação, cientificando o Plenário sobre a  
301 série de ações em prol da contestação supracitada. Retomando os comunicados,  
302 relatou que, ainda no dia 08 de maio, a Diretoria tratou sobre vacinação contra a gripe  
303 com a Secretária Municipal da Saúde de Curitiba, uma vez que a ouvidoria recebera  
304 reclamações de negativa ao direito de imunização dos farmacêuticos. No dia 10,  
305 noticiou ter participado da 1º Reunião dos Conselhos Profissionais da área da Saúde  
306 sobre o EAD, em Brasília, onde também colaborou com o encontro mensal do Grupo  
307 de Trabalho de Vigilância Sanitária do Conselho Federal de Farmácia. Por fim,  
308 informou que no dia 14, juntamente com Dr. Valmir de Santi e outros profissionais  
309 farmacêuticos, recebeu a Outorga da “Láurea João Florentino Meira de Vasconcellos  
310 de Inovação Farmacêutica”, da Academia Nacional de Farmácia, ACFB, realizada na  
311 Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Na continuidade, Dr. Silvio Franchetti  
312 informou ter representado o CRF-PR em encontro sobre fiscalização, promovido pelo  
313 CFF, em Brasília, e na sequência, a convite do CRF-RO e autorizado pela Diretoria  
314 deste Conselho, se deslocou a Porto Velho, em Rondônia, onde ministrou palestra  
315 sobre processo administrativo fiscal e atuação nas ausências. Por fim, Dra. Mirian  
316 Ramos Fiorentin comunicou que o Federal suprimiu do orçamento o valor  
317 anteriormente direcionado ao projeto de células fotovoltaicas para geração autônoma  
318 de energia pelo Regional, sendo agora necessário reapresentar a proposta, pleiteando  
319 o auxílio para o exercício seguinte. -----  
320 **Assuntos Administrativos:** A Gerente do Departamento de Cadastro e Recepção,  
321 Dra. Flávia de Abreu Chaves, apresentou gráfico comparativo dos processos  
322 administrativos relacionados à Pessoa Física, nos anos de 2017 e 2018. Atentou que  
323 de janeiro até a presente data, 1.076 (um mil e setenta e seis) inscrições foram  
324 documentadas, tendendo a superar o ano passado, quando os doze meses  
325 contabilizaram o total de 1.590 (um mil quinhentos e noventa) registros. Situação  
326 semelhante em relação às baixas: nestes cinco primeiros meses de 2018 foram 605  
327 (seiscentas e cinco) solicitações, enquanto o ano de 2017 finalizou com 954  
328 (novecentos e cinquenta e quatro) requerimentos. A Gerente também apresentou  
329 quantitativos mensais, atentando que em maio, até a presente data, foram 117 (cento  
330 e dezessete) requerimentos de inscrição e 37 (trinta e sete) de cancelamento,  
331 conforme listas previamente remetidas para análise dos Conselheiros. Quanto à  
332 pesquisa realizada junto aos farmacêuticos que requereram baixa da inscrição, 39%  
333 (trinta e nove por cento) assinalaram que o fizeram por motivos pessoais e 34% (trinta  
334 e quatro por cento) por mudança de área profissional; 68% (sessenta e oito por cento)  
335 responderam que atuavam em área de farmácia, sendo que 62% (sessenta e dois por  
336 cento) somaram até dez anos na dispensação; 33% (trinta e três por cento) dos que



337 responderam ao questionário julgaram a profissão desvalorizada e 31% (trinta e um  
338 por cento) boa; 68% (sessenta e oito por cento) revelaram que o cancelamento da  
339 inscrição deverá ser temporário e 61% (sessenta e um por cento) dizem não continuar  
340 utilizando os conhecimentos farmacêuticos na atual área de atuação. Respondendo à  
341 Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo, a Gerente explicou que mês a mês os  
342 resultados normalmente se equiparam, a exceção deste último em que a porcentagem  
343 de profissionais que informaram continuar utilizando o que aprendera na graduação  
344 aumentou, contrariando um padrão que vinha sendo registrado. Ainda referente a  
345 maio, Dra. Flávia de Abreu Chaves apresentou os pedidos para que o Regional  
346 declare aptidão para vacinação. Neste viés, esclareceu que 07 (sete) anotações foram  
347 realizadas no período referenciado, entretanto, uma em especial atesta a participação  
348 de profissional em quatro cursos e eventos de qualificação, porém nenhum deles fora  
349 promovido pelas instituições taxadas na Resolução n. 654/2018 CFF, que dispõe  
350 sobre os requisitos necessários à prestação do atendimento. Neste viés, a Presidente  
351 do Sindifar-PR, Dra. Lia Melo de Almeida, ponderou que o regramento poderia ser  
352 restritivo, acreditando que existem outras entidades que deveriam ter seus cursos e  
353 treinamentos reconhecidos na habilitação profissional, sendo a opinião comungada  
354 pela Dra. Mirian Ramos Fiorentin. A Conselheira Dra. Marina Gimenes avaliou que,  
355 com a existência de licença sanitária confirmada pelo Fiscal Farmacêutico Dr.  
356 Eduardo Freitas, o estabelecimento teria suas condições aprovadas pela vigilância  
357 sanitária e que a farmacêutica buscou ainda mais treinamento para executar uma  
358 atividade que já seria inerente à profissão, não havendo motivos para negar a  
359 habilitação. Frente ao impasse, Dra. Flávia de Abreu Chaves lembrou que as  
360 indústrias têm exigido a declaração de reconhecimento da aptidão em vacinas, como  
361 condição para venda do produto, justificando a urgência na resposta, por ora solicitada  
362 ao Plenário. Após a série de considerações, a Presidente submeteu o requerimento  
363 da profissional Dra. Livia Blumenschein Silva à votação, sendo aprovado por  
364 unanimidade seu registro de habilitação para aplicação de vacinas. Finalmente, os  
365 processos referentes à Pessoa Física e à Pessoa Jurídica foram apresentados: -----  
366 **Inscrição Cancelada Ex Officio por Falecimento:** 158 Carlos Cecy. -----  
367 **Inscrição Por Transferência Provisória:** 32034 Delcimara Virginia Relva Dias;  
368 32067 Camila Silva Bezerra; 32089 Claudineia Gusson; 32010 Michelle Fernandes  
369 Garcia. -----  
370 **Baixa de Inscrição por Requerimento:** 20646 Roberta Paola dos Reis Pasqualatto;  
371 3766 Katia Regina Torres; 2600 Ivete Martins Ramos da Silva; 29083 Cristhian Martins  
372 Roxadelli; 20546 Viviane Seika Machado; 6617 Alexandre Geraldi; 19263 Juliana  
373 Maria da Silva; 27655 Yago Henrique de Assis Pereira; 2393 Roseli do Rocio Basso;  
374 4215 Edite Maria Zatelli Schreiner; 16313 Joao Gabriel Roderjan Mendonça; 16379  
375 Marcela Bueno Abujamra de Moraes; 17474 Cristiane Kerber; 20159 Karlos Eduardo  
376 Schanoski de Araujo; 23767 Ana Paula Bueno Bechel; 25654 Caio Porcides; 28488  
377 Bruna Foganoli; 29894 Eloisa Comiran; 29957 Jaine Carla Nunes; 31022 Pamella  
378 Cristine Ribeiro Bege Bianco; 12017 Fernanda Bevilaqua; 21660 Claudia Daniele  
379 Rosa; 24576 Vagner Pillati; 20051 Edemilson Rampanelli; 14281 Fabiana Navarro  
380 Volpato; 26457 Claudete Josepina Scussel Schon; 19971 Rafaela Rocco Godoy;  
381 27855 Ana Luiza Pepler; 24948 Tassia Andrea Duraes Prioste; 19757 Targo  
382 Gasparello Serea; 23905 Franciele Cruz Gimenes; 11990 Thais Tavares Cornelius;  
383 18742 Genislaine Rosolem; 21711 Cassia Fernanda Carniel; 5507 Jose Dalmi  
384 Dissenha; 22489 Rebeca Priscila Milano Hella; 21337 Leticia Saifert Picoli; -----



385 **Inscrição Definitiva:** 32059 Maria Gabriela Costa da Silva; 32013 Mylena Mylana  
386 Freire da Cunha; 93 Geni Machado Medrado; 32050 Larissa Henning; 32035 Ivana  
387 dos Santos Willington; 31995 Fernanda Swiecki Paul; 32033 Marques Soal da Camara  
388 da Silva; 32048 Vanessa Andrade Taverna; 32052 Desiree da Costa Gomes dos  
389 Santos; 32064 Leila Maria Pimentel; 32069 Maria Lidia Gonzaga Ribeiro; 32072  
390 Leonardo Augusto dos Santos Escaliante; 32083 Gabriela Ascenço Feiber; 32085  
391 Cassio Pedri Cazura; 32086 Adriana da Silva Paiva; 32007 Thiago Valles Cardoso  
392 Mendes de Moraes ; 32047 Francielle Sales da Silva; 31992 Carla Fabiola Barbosa  
393 Quintino Diniz; 32004 Fernanda Caroline dos Santos Attilio; 32002 Camila Alves Mota;  
394 32023 Marcos Florencio da Silva ; 32036 Lisiane Fernandes; 32037 Franciele Queiroz  
395 Ames; 32039 Amanda Nunes Santiago Hubner; 32063 Clariana Akemi Kariya Leite;  
396 32073 Patricia Maria de Souza Valentim da Silva; 31993 Meiriele de Paula Moura  
397 Neves; 31999 Marissa Giovanna Schamne; 32009 Grazielle Baldykoski; 32032  
398 Caroline Wosniack; 32056 Gabriele Silveira de Campos; 32088 Joao Guilherme  
399 Valerio; 32068 Kamila Torquata Trovo; 32003 Daniel de Mattis Correia; 32024 Ewerton  
400 Luis Martins Alves; 30507 Andressa Zardo. -----  
401 **Inscrição Provisória:** 32079 Yasmin Brasil Carvalho; 32080 Sanny Rosa Reis; 32049  
402 Angelita dos Santos Machado; 32053 Sidnei Aparecido Pereira; 32084 Marcos Jose  
403 Costa Rodrigues; 32038 Monica Candida Rosina; 32031 Flavia Lorena Freitas  
404 Machado; 31996 Daniele Martins de Lima De Campos; 31997 Celia Aparecida de  
405 Oliveira; 32030 Thomas Biehl Ferraes; 32025 Rafaela Pizzatto; 31983 Thais de  
406 Oliveira Gomes; 31998 Paulo Cesar Alves Terto Junior; 32005 Jose Claudio Chechi;  
407 32082 Eliana Farias de Lima ; 32087 Ariadyne Kafica Schwartz; 32027 Larissa Catanio  
408 Santini; 32061 Lirane Elize Defante Ferreto de Almeida; 32070 Ana Paula Stofalete;  
409 32001 Rubiamara Nandi; 31548 Joelle Toni Ann Venice Freckleton; 31989 Paola Thais  
410 Batista Queiroz; 32043 Aline Sayuri Koti; 32076 Ana Cely Pascoalino de Lima; 32000  
411 Edvalkia Magna Teobaldo da Rocha; 32065 Josiani Malicheski; 32066 Rosemar  
412 Galiotto; 32026 Douglas Staine; 32011 Martin Hemkemeier; 32015 Camila Rodrigues  
413 de Oliveira; 32017 Apoliana Rosa Jardim; 32018 Merilin Caroline Alves da Silva;  
414 32022 Amerieli Leticia Marquezoti Cortes; 32074 Nayara Cristina Rodrigues Leles;  
415 32019 Eduardo Roberto Hartmann dos Santos; 32020 Flavio Augusto Viero; 32058  
416 Gabriela Mayara Pietrobon Maccarini; 32014 Lucas Dal Santos Vaz; 32021 Eduardo  
417 Henrique Wolff Siqueira da Rosa; 32071 Hoziane Silva Ruanis; 32045 Larissa Fiana  
418 Franz. -----  
419 **Inscrição por Transferência Definitiva:** 32028 Juliane Cristina da Silva Moura;  
420 32029 Mauro Augusto da Silva; 32055 Carla Denize Padilha Parzianello; 31048  
421 Tamera Nunes dos Santos; 31947 Leila Heckler; 31991 Julian Costa Chiba; 32041  
422 Antonio Ruiz Junior; 32044 Fernanda Antunes Borges; 32051 Suzana Maduro Martins;  
423 32060 Valdecy Rosa de Moraes Junior; 32040 Paul Arnold Achermann; 32012 Vera  
424 Lucia Werlang; 32078 Taynara Cardoso Santiago; 32081 Dayanne Priscila dos  
425 Santos. -----  
426 **Reabilitação de Inscrição Definitiva:** 17771 Flaviana Marana Fregoneze; 15717  
427 Keylla Lençone Mischiatti; 26556 Cristiane Dallabrida Titericz; 18633 Cristiane Andreia  
428 Soares; 3663 Rosaria Fatima Barwinski; 10257 Cristiane Dias; 10931 Eduardo Andrei  
429 Zanini; 11446 Priscila Maria Batista; 15361 Marciane Welter; 20911 Ketleen Tormen  
430 Zordan; 23187 Rafael Paulo Zawadzki; 23638 Roni Peterson de Souza; 27851  
431 Mariana Gabriel Magnoni; 2887 Simone Lacerda Cunico; 6583 Alessandra Luiza  
432 Garcia Santos; 24890 Debora da Silva Fabricio ; 5920 Adalgisa Colombo; 20257



433 Hedilaine Paula Xavier dos Stos Carvalho; 17871 Giseli Santini Curioni; 20632  
434 Luciane Rayzer Diel; 2699 Eva Drewin Gioda. -----  
435 **Reabilitação de Inscrição por Transferência:** 10301 Karina Janine Van Santen;  
436 27445 Paola Raissa Azevedo Oliveira de Carvalho; 27531 Karine Zucoloto Pelisson;  
437 **Baixa Ex-Officio de Registro:** 8325 Prefeitura Municipal de Alto Piquiri; 18479  
438 Transportadora Voltarelli Ltda; 19182 Labschulz Lab de Análises Clínicas Ltda Me;  
439 21892 Itc do Brasil Ind Com Import de Prod Agrop Ltda Ep; 22827 Farmacia Tomadon  
440 E Oliveira Ltda -Me; 17756 Salvador Com de Medicamentos e Perfumaria Ltda-Me;  
441 18280 Neves & Moreto Comercio de Medicamentos Ltda Me; 24274 Cristiane  
442 Ossovski - Me; 8036 Prefeitura Municipal de Faxinal; 20867 Transsottam Transporte  
443 de Cargas Ltda Me; 18613 M & M Medicamentos Ltda Me; 7325 Associacao Evang  
444 Benefic de Londrina; 24319 Vitta Medi Produtos Medicos Eireli - Epp; 10951 Clube  
445 Esportivo Real da Amizade; 18300 Jrbv Comercio de Medicamentos Ltda; 20346  
446 Cladires Distribuidora de Medicamentos Ltda Me. -----  
447 **Baixa de Registro por Requerimento:** 19867 HI Medicamentos Ltda. Epp FI 03; 5226  
448 Caesar Comercio de Medicamentos Ltda - Me; 19365 Ari Trento Me FI 03; 5350  
449 Drugstore Cafe Ltda Epp; 15172 Entreprar Transportes Eireli Me; 23240 Unifarma  
450 Produtos Farmaceuticos Ltda; 23032 Garcia e Silva Farmacia Ltda - Me; 23809  
451 Montini & Luersen Ltda - Me; 21403 Bona & Souza Ltda Me FI 01; 23536 Boldrini e  
452 Barancelli Ltda Me; 21022 Apss Sistema de Implantes Ltda; 17990 Comercio de Med  
453 Ponto Farma de Pitanga Ltda Me; 16844 Jdb Laboratorios Clinicos Ltda; 18141 Lab  
454 de Análises Clínicas Oscar Pereira S/S Ltda; 18505 Labor Análises Clin Pereira e  
455 Simon Ltda Me; 19773 Laboratorio de Análises Clínicas Op Eireli Epp; 22735  
456 Laboratorio Análises Clin Pereira e Simon Ltda-Me; 24166 Lab de Análises Clínicas  
457 Pereira e Simon Ltda; 24227 Drogapraia Comercio de Medicamentos Ltda - Me; 24357  
458 Adriane Cristiane de Lara & Cia Ltda – Me. -----  
459 **Registro de Empresa:** 25172 Neomar Artigos Infantis em Geral Ltda Epp; 25192  
460 Farmacia Elisa Ltda; 25203 Ihec Instituto de Hematologia de Cascavel Ltda FI; 25207  
461 Laboratorio de Análises Clínicas Mrm Ltda Me; 25173 Farmacia Fenelon Ltda FI 05;  
462 25185 Pentagono Farmacia Ltda - Epp; 25215 Dimed S/A - Distribuidora de  
463 Medicamentos FI 556; 25121 Empreendimentos Pague Menos S/A FI 1160; 25202 Ph  
464 Saude Sob Medida - Eireli; 25204 Apisommer Fab Prod Alim Emb e Com Prod Api  
465 Ltda-Me; 25183 Nova Farma Comercio de Medicamentos Eireli; 25178 Km Pharma  
466 Farmacia Ltda; 25195 Farmácia Francielle Sales da Silva Ltda Me; 25218 Mohamad  
467 Abed Ghazzaoui; 25208 Schirley S D Ioris e Cia Ltda; 25196 Loures e Polidorio  
468 Farmacia Ltda; 25191 Douglas Henrique da Silva Pereira - Farmacia; 25184 Farmácia  
469 Bortoluzzi Ltda FI 01; 25154 Raia Drogasil S.A. FI 896; 24976 Prefeitura Municipal de  
470 Mandirituba; 25186 Drogaria Sws Ltda; 25134 Rangel Hospitalar - Eireli; 25179  
471 Luciana Araujo Carnevalle - Me; 25180 Neusa Aparecida Palangana Mercurio; 25131  
472 Sgc Manipulação Veterinária Ltda Epp; 25189 Claudio Willington; L005104811  
473 Laboratório Reis e Passador Ltda FI 03; 25133 Mcfarma Comercio de Medicamentos  
474 Ltda Epp; 25182 Cirurgica Sul Dist. Materiais Medico Hospit. Ltda; 25199 G Rodrigues  
475 Monteiro E Cia Ltda ; 25157 Msp Laboratorio de Análises Clínicas Eireli Me; 25158  
476 Msp Laaboratorio de Análises Clínicas Eireli Me; 25159 Msp Laboratorio de Análises  
477 Clínicas Eireli Me; 25160 Msp Laboratorio de Análises Clínicas Eireli Me; 25161 Aasp  
478 Laboratorio de Análises Clínicas Eireli Me; 25174 Unimed Ponta Grossa Cooperativa  
479 de Trabalho Médico; 25214 G R Distribuidora de Cosmeticos Ltda; 25213 Reginaldo  
480 Ribeiro & Almir Jose Ribeiro Ltda; 25193 Ponde & Acosta Ltda; 25151 Thamiris



481 Cristina Carvalho da Costa Me; 25181 Vem Empreendimentos Comerciais Ltda;  
482 25201 Clinica Medica Fernando Santin Ltda; 25197 Fundo Municipal de Saude - Pm  
483 Sao Joao; 25209 Camila Mariane Trento ; 23953 Municipio de Sertaneja; 25210  
484 Fernando Mendes Chemin & Cia Ltda; 25194 Biomagistra Clinica Med Anatomia  
485 Patologica Ltda; 25171 Alecksandr Com Varej de Prod Farmaceuticos-Eireli; 24873  
486 Laboratorio de Analises Clinicas Della Bianca Ltda. -----  
487 Concluindo, a Presidente submeteu os processos administrativos à votação, sendo  
488 estes aprovados por unanimidade. -----

489 **Relato da Dra. Lenir Monastirisky sobre a atividade farmacêutica em indústria**  
490 **de alimentos:** A Farmacêutica relatou sua experiência na área de panificadoras e  
491 confeitarias, explicando que atuaria de modo semelhante a nutricionistas e técnicos  
492 em alimentos, elaborando manuais de boas práticas de fabricação e manipulação de  
493 alimentos, planos de gerenciamento de resíduos, treinamento das equipes, bem como  
494 análise dos pontos críticos de controle. Revelou ser proprietária de uma empresa de  
495 assessoria para o setor, destacando em especial um cliente da panificação que, por  
496 fornecer *coffee break*, pães e outros produtos a empresas, enquadra-se como  
497 indústria. Explicou que sua carga horária no estabelecimento é de quatro horas por  
498 semana, tempo que divide entre duas visitas: na primeira realiza vistoria e elabora  
499 relatório sobre os pontos positivos e negativos identificados sob a ótica sanitária; e na  
500 segunda, reúne-se com os colaboradores para orientar a correção dos problemas  
501 elencados e reafirmar as boas práticas já aplicadas. Neste contexto, lembrou que  
502 ainda em 2016 consultou este Regional sobre a jornada de trabalho do farmacêutico  
503 em empresas de alimentos, sendo informada da responsabilidade sobre toda  
504 produção, ainda que autorizada presença mínima de quatro horas semanais.  
505 Entretanto, na prática, revelou não ter conseguido registrar-se como RT junto ao CRF-  
506 PR, e sem profissional documentado, a licença sanitária da panificadora foi negada,  
507 destacando que a regularização do estabelecimento que atua depende da  
508 resolutividade da pendência debatida. Por esta razão e a fim de que os farmacêuticos  
509 consigam amparo para o exercício e competitividade em relação a outras profissões  
510 que autorizam a atividade laboral com presença reduzida, solicitou aos Conselheiros  
511 a normatização efetiva da carga horária referenciada, ratificando a disposição em  
512 tempo integral, mas de forma remota. Em complemento, Dra. Flávia de Abreu Chaves  
513 esclareceu que atualmente, por ausência de normativa específica, exige-se a  
514 presença farmacêutica em todas as etapas de produção, atendendo ao preconizado  
515 pela Lei n. 6.360/73, ainda que esta faça apenas referência a alimentos especiais,  
516 como dietéticos, por exemplo. Frente ao reconhecido impasse, os presentes julgaram  
517 imprescindível a elaboração de uma Minuta de Deliberação que considere tanto o  
518 porte da empresa, como a carga horária mínima estipulada por outros Órgãos de  
519 Classe. Neste contexto, a Presidente solicitou ao Gerente Técnico Científico a  
520 confecção da normativa, possibilitando a regularização de farmacêuticos que já atuam  
521 na área e ainda, tornando atrativas novas contratações. Dra. Mirian Ramos Fiorentin  
522 também agradeceu à Dra. Lenir Monastirisky por ter exposto a demanda ao  
523 conhecimento do Regional e finalizou convidando a farmacêutica a auxiliar no  
524 desenvolvimento do documento que deverá ser apreciado na Plenária de julho. -----

525 **Assuntos de Tesouraria:** A Gerente Contábil, Cristiane Bregenski Felício,  
526 apresentou balanço orçamentário referente ao primeiro quadrimestre de 2018. Em  
527 relação à evolução da receita, informou que R\$12.066.717,99 (doze milhões, sessenta  
528 e seis mil, setecentos e dezessete reais e noventa e nove centavos) foram



529 arrecadados, o que significou 64.09% (sessenta e quatro ponto zero nove por cento)  
530 do total de R\$ 18.827.400,00 (dezoito milhões, oitocentos e vinte e sete mil e  
531 quatrocentos reais), previstos para o exercício. Neste contexto, as receitas de  
532 contribuições, pelo pagamento de anuidades, somaram no acumulado do ano R\$  
533 9.850.104,31 (nove milhões, oitocentos e cinquenta mil, cento e quatro reais e trinta e  
534 um centavos), sendo R\$ 1.095.152,52 (um milhão, noventa e cinco mil, cento e  
535 cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) referentes ao mês de abril; a  
536 receita patrimonial contabilizou no mês referenciado R\$ 38.507,88 (trinta e oito mil,  
537 quinhentos e sete reais e oitenta e oito centavos), totalizando R\$ 127.588,80 (cento e  
538 vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos) nos quatro  
539 primeiros meses do corrente ano; as receitas de serviços já acumularam R\$  
540 522.040,87 (quinhentos e vinte e dois mil, quarenta reais e oitenta e sete centavos),  
541 destes R\$ 131.572,91 (cento e trinta e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e  
542 noventa e um centavo) arrecadados em abril; outras receitas correntes totalizaram R\$  
543 439.108,22 (quatrocentos e trinta e nove mil, cento e oito reais e vinte e dois centavos)  
544 no mês passado, acumulando R\$ 1.566.984,01 (um milhão, quinhentos e sessenta e  
545 seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais e um centavo) no ano; por fim, explanou  
546 que a receita da dívida ativa contabilizou no primeiro quadrimestre de 2018 R\$  
547 1.447.651,91 (um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e cinquenta  
548 e um reais e noventa e um centavos). Em alusão às despesas, a Gerente explicou  
549 que o orçamento do corrente ano fixou R\$ 18.827.400,00 (dezoito milhões, oitocentos  
550 e vinte e sete mil e quatrocentos reais), deste total, R\$ 6.956.016,50 (seis milhões,  
551 novecentos e cinquenta e seis mil, dezesseis reais e cinquenta centavos) foram  
552 executados de janeiro a abril, sendo: R\$ 2.600.925,99 (dois milhões, seiscentos mil,  
553 novecentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos) com pessoal e encargos  
554 sociais; R\$ 1.277.222,53 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte  
555 e dois reais e cinquenta e três centavos) com outras despesas correntes, que  
556 contemplaram, por exemplo, R\$ 253.672,52 (duzentos e cinquenta e três mil,  
557 seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) despendidos com  
558 diárias e jetons; R\$ 44.953,66 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e três  
559 reais e sessenta e seis centavos) pagos no quadrimestre por serviços prestados por  
560 pessoa física; R\$ 132.415,73 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e  
561 setenta e três centavos) referentes à material de consumo; e R\$ 846.180,62  
562 (oitocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta reais e sessenta e dois centavos)  
563 pagos a serviços prestados por Pessoas Jurídicas. A Gerente informou ainda que R\$  
564 64.330,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e trinta reais) foram executados com  
565 diversas despesas de custeio e 77.15% (setenta e sete ponto quinze por cento) da  
566 cota parte devida ao Conselho Federal de Farmácia foi repassada nos quatro  
567 primeiros meses deste ano, o que representou R\$ 3.009.039,98 (três milhões, nove  
568 mil e trinta e nove reais e noventa e oito centavos). Sem considerações pelos  
569 presentes, os dados foram submetidos à discussão, sendo aprovados por  
570 unanimidade. -----

571 **Parecer da Comissão de Tomada de Contas:** Dra. Maria do Carmo Marques  
572 Baraldo apresentou o relatório da Comissão de Tomada de Contas, que se reuniu em  
573 17 de maio do corrente ano, apreciando 66 (sessenta e seis) contratos elaborados  
574 para as diversas atividades de prestação de serviços no Órgão, além dos documentos  
575 comprobatórios referentes às despesas executadas, totalizando o volume de 03 (três)  
576 pastas alusivas ao mês de abril. Na sequência, foram analisados os gastos



577 relacionados ao suprimento de fundos. De maneira geral, explicou que apenas  
578 dúvidas em acerca do contrato de prestação de serviços sob responsabilidade da  
579 Assessoria de Comunicação foram levantadas, tendo sido inteiramente esclarecidas  
580 por Ana Cristina Bruno de Souza. Neste contexto, constatando estar tudo em perfeita  
581 ordem e de acordo com as disposições legais, a Comissão proferiu Parecer favorável  
582 sem ressalvas, estando a ata disponível no Gabinete da Diretoria, caso algum  
583 Conselheiro queira efetuar a leitura. Em votação o Parecer foi aprovado com voto  
584 contrário do Conselheiro Dr. Arnaldo Zubioli, que solicitou a transcrição, na íntegra,  
585 de sua justificativa, conforme segue: -----  
586 “Voto Relatório Comissão Tomada de Contas – justificativa AZ 3. O controle  
587 orçamentário do Conselho (Comissão de Tomada de Contas) envolve dois aspectos  
588 interligados entre si: Contábil e financeiro. O Controle passa pela produção e  
589 avaliação de informações voltadas ao aperfeiçoamento da administração do CRF-PR,  
590 bem como para garantir ao Plenário do Conselho maior acesso e transparência em  
591 relação ao planejamento estratégico e aos resultados. A avaliação desenvolvida pela  
592 Comissão de Tomada de Contas deve envolver um amplo leque de temas associados  
593 à conformidade legal, análises dos custos financeiros, grau de eficácia, eficiência e  
594 economicidade das ações e políticas planejadas. Quando se identifica uma  
595 discrepância significativa entre essas duas dimensões (real e ideal) caberá a  
596 Comissão de Tomada de Contas determinar a sua origem ou causas mais prováveis,  
597 indicando as possíveis alternativas existentes para sua superação. As ponderações,  
598 recomendações e sugestões da Comissão de Tomada de Contas são feitas em  
599 relação aos controles externo e interno. As observações do controle interno são de  
600 interesse da Diretoria e dos órgãos da estrutura administrativa, já o controle externo é  
601 de interesse do Plenário. É importante destacar que não há vínculo de subordinação  
602 hierárquica do controle interno frente ao controle externo. Ao contrário, a atuação do  
603 controle interno é fundamental para o suporte e o aprimoramento das ações a cargo  
604 do controle externo. A Programação e execução orçamentária e financeira que  
605 contempla os aspectos macroeconômicos do CRF-PR estão descritos de forma  
606 compreensível e elogiável com facilidades para entender o seu controle. Porém, falta  
607 uma análise microeconômica, função da Comissão da Tomada de Contas, detalhando  
608 a forma em que foram aplicados os recursos financeiros e se foi feito de acordo com  
609 o planejamento estratégico. Por exemplo: a previsão e arrecadação por natureza,  
610 justificando eventuais oscilações significativas; Demonstração e análise do  
611 desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no  
612 mínimo: a comparação entre os dois últimos exercícios (com comparativos de mês a  
613 mês); a demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o  
614 desempenho orçamentário e financeiro, a administração de pessoas, terceirização de  
615 mão de obra e custos relacionados, entre outros. Pelo exposto voto contra o Relatório  
616 apresentado pela Comissão de Tomada de Contas, sem análise de mérito, pois faltam  
617 os detalhes que caracterizam uma análise microeconômica, não as contas do CRF-  
618 PR. Até aqui, a análise macroeconômica está com condução impecável e merece  
619 elogios. Infelizmente, prejudicada por ser incompleta em relação a análise  
620 microeconômica”. -----  
621 A pedido da Dra. Karen Janaina Galina, a Gerente Contábil explicou que existe um  
622 acompanhamento minucioso ao cumprimento do orçamento, com comparações em  
623 relação ao executado em anos anteriores e constante repasse destas informações  
624 aos Diretores, esclarecendo que a Tomada de Contas avalia a legalidade das



625 despesas efetuadas, mas não a adequação ao Planejamento Estratégico. Dra. Mirian  
626 Ramos Fiorentin lembrou que a análise da Comissão repete um rito instituído há anos,  
627 uma vez que o orçamento não seria uma peça estática, porém com previsão normativa  
628 para alterações. Dr. Arnaldo Zubioli manifestou que, independentemente da forma  
629 como fora realizada em gestões anteriores, um estudo comparativo detalhado entre o  
630 balancete contábil e a proposta orçamentária, deveria ser realizado a fim de alertar  
631 quanto a possíveis reformulações a serem apreciadas pelo Plenário no futuro. Assim,  
632 ratificou voto contrário à forma como o relatório fora elaborado e não às contas do  
633 Regional em si. -----  
634 Sem mais, considerando o adiantado da hora, a Presidente consultou o Plenário sobre  
635 a possibilidade de apresentar tão somente os assuntos de fiscalização na presente  
636 data, deixando os Processos Administrativos Fiscais e a avaliação dos resultados  
637 referente ao questionário aplicado nas Vigilâncias Sanitárias para o dia seguinte. Em  
638 votação, os Conselheiros aprovaram o adiamento. -----  
639 **Assuntos de Fiscalização:** O Gerente do Departamento de Fiscalização, Dr.  
640 Eduardo Antônio Pereira Pazim, apresentou o relatório das atividades fiscais  
641 executadas no mês de abril de 2018. Explanou que no período de referência, 8.409  
642 (oito mil, quatrocentos e nove) estabelecimentos estavam em conformidade com a  
643 regulamentação, sendo 6.220 (seis mil, duzentos e vinte) Farmácias e Drogarias.  
644 Quanto aos irregulares ou ilegais, identificou-se 471 (quatrocentos e setenta e um)  
645 estabelecimentos, sendo 373 (trezentos e setenta e três) Farmácias ou Drogarias.  
646 Assim, documentou-se 8.866 (oito mil oitocentas e sessenta e seis) empresas  
647 registradas no Regional em abril de 2018, número superior ao documentado no  
648 mesmo período do ano anterior, quando eram 8.753 (oito mil, setecentos e cinquenta  
649 e três). Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim esclareceu que no acumulado do ano  
650 12.399 (doze mil, trezentas e noventa e nove) inspeções foram realizadas, sendo  
651 3.186 (três mil, cento e oitenta e seis) só no mês de abril. Ainda no mês de referência,  
652 especificamente, 132 (cento e trinta e dois) autos de infração foram lavrados, sendo  
653 56.8% (cinquenta e seis ponto oito) deles por ausência e 43.2% (quarenta e três ponto  
654 dois por cento) alicerçados por outras irregularidades. Em suma, do total de inspeções  
655 no período, apenas 2.3% (dois ponto três por cento) motivaram auto de infração por  
656 ausência. O Gerente explanou ainda que as visitas foram distribuídas em 265  
657 (duzentos e sessenta e cinco) municípios do Estado e que cada um dos quatorze  
658 fiscais atuantes respondeu pela averiguação de, em média, 633.3 (seiscentos e trinta  
659 e três ponto três) estabelecimentos. Quanto à estratificação de dados por Perfil, em  
660 abril de 2018, 60.7% (sessenta ponto sete por cento) das inspeções se enquadraram  
661 no perfil 1; 13.6% (treze ponto seis por cento) no perfil 2; 2.0% (dois por cento) no  
662 perfil 3; 19.6% (dezenove ponto seis por cento) no 4; e finalmente, 4.1% (quatro ponto  
663 um por cento) o perfil 5. Na oportunidade, Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim se  
664 comprometeu a atender ao Dr. Arnaldo Zubioli, que solicitou mais comparações  
665 estatísticas de dados atuais em relação há anos anteriores, possibilitando aos  
666 Conselheiros uma análise da evolução dos trabalhos realizados. Por fim, o Gerente  
667 apresentou Dra. Daiane Perondi e Dra. Nayana Banhara, as novas Farmacêuticas  
668 Fiscais que estão compondo o quadro do CRF-PR, atuando da Região de Londrina e  
669 Curitiba, respectivamente. -----  
670 **Avaliação dos resultados referente ao questionário aplicado nas Vigilâncias**  
671 **Sanitárias:** O Gerente de Fiscalização também apresentou levantamento realizado  
672 junto aos municípios para conhecer a participação farmacêutica nas Vigilâncias



673 Sanitárias, Visas. Neste sentido, expôs que das 373 (trezentos e setenta e três) que  
674 responderam ao questionário, 105 (cento e cinco) Visas disseram possuir  
675 farmacêutico atuando na área referenciada, sendo que destas, 22 (vinte e duas) são  
676 subordinadas a Regionais de Saúde e 88 (oitenta e oito) a Prefeituras. De outra forma,  
677 considerando que 18 (dezoito) possuem em seu quadro mais de um farmacêutico,  
678 contabilizou-se 157 (cento e cinquenta e sete) profissionais atuantes. Quanto aos 268  
679 (duzentos e sessenta e oito) municípios, cujas vigilâncias não contam com atuação  
680 farmacêutica, 189 (cento e oitenta e nove) possuem funcionários de nível superior  
681 lotados em seu quadro, em especial veterinários e enfermeiros; 78 (setenta e oito)  
682 contam apenas com colaboradores de nível médio; e um questionário não teve a  
683 indagação respondida. Sem mais, a Presidente atentou que, em respeito ao horário  
684 agendado para apresentação de convidados, os Processos Administrativos Fiscais  
685 seriam apreciados no dia subsequente. -----

686 **Ficha de Fiscalização do Exercício e das Atividades Farmacêuticas em**  
687 **Transportadoras - 3ª discussão:** Dra. Daniela Soares Ribeiro Gomes, membro da  
688 Comissão Assessora que elaborou o documento, esclareceu que o objetivo principal  
689 da FFEAF é instruir o farmacêutico sobre suas atribuições no traslado de  
690 medicamentos, bem como verificar o conjunto de atividades sob supervisão  
691 farmacêutica nas transportadoras. Assim, apresentou um a um os itens da proposta,  
692 recepcionando contribuições e esclarecendo dúvidas apresentadas pelos  
693 Conselheiros. Dr. Silvio Franchetti, ponderou padronizar a ficha, de acordo com outras  
694 já aplicadas pelo Regional, para que seja direcionada ao farmacêutico, evitando  
695 interpretações que possam vir a associar o procedimento a uma atividade de vigilância  
696 sanitária, sendo complementado pela Dra. Mirian Ramos Fiorentin que o profissional  
697 estará sujeito a encaminhamento ético, caso não execute as normas impostas ao  
698 estabelecimento pelo qual responde. Também membro da Comissão de Distribuição  
699 e Transporte, Dra. Carla Luzia Araújo Zago Hanna destacou a importância no controle  
700 de qualidade no transporte dos medicamentos para manter a integridade das  
701 substâncias que chegam aos pacientes, defendendo a necessidade de conscientizar  
702 os empresários de que o farmacêutico seria o profissional mais habilitado para  
703 executar esta atividade. Frente ao exposto, a Presidente colocou em votação a Minuta  
704 de Deliberação que institui a Ficha, bem como o procedimento a ser aplicado pelo  
705 serviço de fiscalização. Os Conselheiros aprovaram os documentos por unanimidade  
706 de votos. A referida Deliberação deverá ser publicada pelo número 948/2018. Na  
707 oportunidade, Dra. Nádia Maria Celuppi Ribeiro abordou as dificuldades relacionadas  
708 à regulamentação da logística de medicamentos. Noticiou que o ministro Alexandre  
709 de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a Lei Estadual de São Paulo  
710 n.15.626/92, por considerar inconstitucional a exigência de farmacêutico nos quadros  
711 das empresas que realizam o transporte de medicamentos e insumos. Dr. Silvio  
712 Franchetti ratificou o entendimento jurídico de que matérias de saúde seriam de  
713 competência da União. Dr. Arnaldo Zubioli opinou que a regulamentação própria dos  
714 Estados se dá pela inércia do Governo Federal. Dra. Nádia Maria Celuppi Ribeiro  
715 lembrou que a Anvisa submeteu à consulta pública texto para normatizar boas práticas  
716 de distribuição, armazenagem e transporte de medicamentos, entretanto, um ano  
717 depois, ainda não publicou decisão. Neste viés, uma vez que a liminar manifesta o  
718 entendimento de que o acompanhamento do transporte dos medicamentos não seria  
719 atividade privativa de farmacêutico, a Diretora-Secretária expôs que o CRF-SP e  
720 alguns outros Regionais têm se mobilizado contra a decisão, solicitando aprovação



721 do Plenário para a participação do CRF-PR nas ações necessárias para reversão do  
722 processo, sendo consentido pelos presentes. -----  
723 **Deliberação que cria o cargo de Assessor para revisão e aperfeiçoamento de um**  
724 **Plano de Cargos e Salários para o CRF-PR:** Dra. Mirian Ramos Fiorentin adiantou  
725 aos Conselheiros a necessidade de reformular o Plano de Cargos e Salários dos  
726 Colaboradores do Regional. Esclareceu que uma comissão interna trabalhou no  
727 documento, entretanto, alcançou-se uma fase analítica cuja continuidade depende de  
728 especialista no assunto, evitando que tudo o que fora realizado seja perdido e o plano  
729 dos funcionários continue com inconsistências atualmente perceptíveis aos olhos da  
730 administração. Assim, a Assessora Jurídica, Dra. Josiane do Prado, apresentou a  
731 minuta para criação de um cargo temporário, previamente enviada aos Conselheiros  
732 por e-mail. Explicou que a opção fora amparada pelo artigo 37, inciso IX da  
733 Constituição Federal, que prevê a contratação por tempo determinado pela  
734 Administração; e ainda pela Lei n. 8.745/93, artigos 2º, alínea "j", que considera  
735 necessidade temporária de excepcional interesse público "técnicas especializadas de  
736 tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, (...) que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade".  
737 Ratificou que o profissional deverá atuar exclusivamente na reformulação do Plano de  
738 Cargos e Salários do CRF-PR, com prazo vinculado a execução de projeto, que não  
739 poderá ser superior à 12 (doze) meses. Ainda de acordo com a proposta, a  
740 remuneração do assessor, que precisa possuir graduação superior, será  
741 correspondente à R\$ 4.969,22 (quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte  
742 e dois centavos). O contratado poderá exercer as atividades em domicílio ou a  
743 distância, ou seja, sem a obrigação do expediente no Regional o pagamento de  
744 adicionais como vale alimentação e transporte serão legalmente dispensados, sendo  
745 obrigatório apenas o recolhimento de INSS e Imposto de Renda. Dr. Arnaldo Zubioli  
746 manifestou que, quando Diretor do Regional, sempre posicionou-se contrário a  
747 contratação externa para responder pelo assunto. Entretanto, está revendo a situação,  
748 visto a percepção de que internamente não existiria a possibilidade de resolução a  
749 demanda, posicionando-se favorável a minuta. Respondendo à Dra. Karen Janaina  
750 Galina, a Presidente explicou que a contratação não está no planejamento do  
751 Regional, porém, o regramento que cria o cargo prevê a contratação mediante  
752 disponibilidade financeira e neste contexto, adiantou que a partir do remanejamento  
753 orçamentário, poder-se-ia pagar pela execução do serviço supracitado. Dra. Mirian  
754 Ramos Fiorentin também atentou que independentemente do dispêndio, a concessão  
755 de 15% (quinze por cento) de desconto para pagamento de taxas e anuidades,  
756 determinados pelo Federal após a aprovação do orçamento pelos Regionais,  
757 inevitavelmente obrigará a reformulação do orçamento, o que futuramente deverá ser  
758 apresentado para apreciação dos Conselheiros. Dra. Marina Gimenes manifestou a  
759 preferência pela contratação de empresa e não profissional específico, sendo  
760 esclarecido que além de demandar maior tempo pela exigência de processo licitatório,  
761 o valor a ser despendido poderia ser maior. Dra. Josiane do Prado explanou ainda  
762 que o novo assessor não terá conhecimento sobre a possibilidade de extensão do  
763 contrato ao limite de 12 (doze) meses, sendo a intenção do Regional ter o projeto  
764 concluído em menor espaço de tempo possível, de modo a otimizar recursos e  
765 resolver a matéria administrativa. A Presidente complementou que a opção por  
766 profissional em detrimento de empresa fora resultado de pesquisa e entendimento dos  
767 Gerentes do Regional. Dr. Arnaldo Zubioli atentou à Tomada de Contas que conste  
768



769 em seu relatório a existência de despesa não prevista no planejamento estratégico,  
770 mas necessária ao bom desempenho dos serviços deste Conselho, destacando que  
771 não há interferência no balancete contábil e atende a possibilidade discricionária de  
772 remanejamento. Sem mais, a Presidente submeteu a minuta a votação sendo  
773 aprovado pela maioria dos presentes, registrando voto contrário de Dra. Marina  
774 Gimenes, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto e Dra. Karen Janaina Galina e  
775 abstenção de Dra. Leila de Castro Marques Murari. -----  
776 Sem mais, a Presidente suspendeu a Plenária. -----  
777 A Sessão foi retomada às nove horas do dia dezoito de maio de dois mil e dezoito. --  
778 **Presentes: Dra. Mirian Ramos Fiorentin – Presidente, Dr. Marcio Augusto**  
779 **Antoniassi – Vice-Presidente, Dra. Sandra Iara Sterza – Diretora-Tesoureira, Dra.**  
780 **Nádia Maria Celuppi Ribeiro – Diretora Secretária-Geral, Dr. Arnaldo Zubioli, Dr.**  
781 **Edmar Miyoshi, Dr. Fábio de Brito Moreira, Dr. José dos Passos Neto, Dra. Karen**  
782 **Janaina Galina, Dra. Leila de Castro Marques Murari, Dra. Maria do Carmo**  
783 **Marques Baraldo, Dra. Marina Gimenes, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto**  
784 **e Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki - Conselheiros Regionais. Dr. Valmir**  
785 **de Santi - Conselheiro Federal. -----**  
786 Presentes também: Marcelo Eduardo Polak - Farmacêutico Fiscal, Gabriele Luize  
787 Pereira – Farmacêutica Fiscal, Eduardo Carlos Freitas – Farmacêutico Fiscal, Edivar  
788 Gomes – Gerente Administrativo, Flávia de Abreu Chaves – Gerente de Cadastro e  
789 Recepção, Sérgio Satoru Mori – Gerente Geral, Elias Montin – Assessor Político,  
790 Jorge Antônio Salem – Farmacêutico Fiscal, Welinson Fabrício da Silva- Farmacêutico  
791 Fiscal, Jose Paulo Pacola – Farmacêutico Fiscal, Edson Siqueira Alves - Farmacêutico  
792 Fiscal, Jackson Carlos Rapkiewicz – Gerente Técnico Científico, Gustavo Lavorato  
793 Justino da Silva - Assessora Comunicação, Lia Mello de Almeida – Presidente  
794 SINDIFAR, Luciano Pacheco – Farmacêutico Fiscal, Vanessa Terezinha Panek -  
795 Supervisora de Fiscalização, Fernanda Penteado – Gerente de Ética, Carine de  
796 Andrade Mendes Poier Oliveira – Assessora do Departamento de Ética, Edneia das  
797 Graças Magri – Assessora do Departamento de Ética, Tayna F. de Lima – Assessora  
798 de Fiscalização, Karoline Chuery – Assistente Administrativo, Eduarda Cinzia dos  
799 Santos - Assistente Administrativo, Daiane Perondi – Farmacêutica Fiscal, Edson  
800 João Garcia – Farmacêutico Fiscal e Marissol Alves – Assessora da Diretoria. -----  
801 **Apresentação do Assessor de Tecnologia da Informação sobre os serviços**  
802 **realizados no Setor:** A Presidente convidou Sanderval Maia dos Santos, para  
803 explicar as atividades realizadas nos três meses em que está à frente da Assessoria  
804 de Tecnologia da Informação. O colaborador esclareceu que iniciou o trabalho  
805 levantando as atividades, até então realizados por empresa terceirizada, analisando  
806 as demandas por categorias, estratificando os principais entraves registrados.  
807 Paralelo a isto, explicou que a rede também foi monitorada para entender o motivo da  
808 instabilidade no sistema *on-line* do Regional. De posse dos dados, compartilhou a  
809 constituição de um planejamento para resolver os problemas emergenciais sem  
810 prejudicar a oferta dos serviços disponíveis. Dra. Mirian Ramos Fiorentin, argumentou  
811 que todas as melhorias foram efetuadas com o servidor em funcionamento, atentando  
812 para que os usuários não percebessem as intervenções. Continuando, o Assessor  
813 informou que do cabeamento a adequações de softwares, uma série de  
814 procedimentos foram promovidos, o que facilitou a identificação de deficiências e, por  
815 consequência, a possibilidade de rápida correção quando de suas constatações.  
816 Detalhou o trabalho realizado para guarda e segurança das informações do Regional



817 e ainda o uso de ferramentas gratuitas que resultaram maior conhecimento sobre o  
818 desempenho das máquinas e sobre todos os acessos no ambiente virtual do CRF-  
819 PR. Quanto ao porvir, expôs: intenção de criar uma nova rede de uso exclusivo dos  
820 visitantes para separá-los totalmente da área virtual de trabalho dos colaboradores,  
821 aumentando a segurança no acesso; implantação de mecanismos para suporte e  
822 resolução de problemas técnicos; monitoramento por completo da estrutura e  
823 alimentação da base de conhecimento com as informações da própria rede; e  
824 realização dos primeiros testes para o arquivo dos dados da empresa em servidor na  
825 internet. Assim, finalizou resumindo que com uma gestão baseada em indicadores,  
826 implementação de procedimentos essenciais para o adequado funcionamento e  
827 estruturação do setor de Tecnologia da Informação, TI, o Regional terá facilidade para  
828 identificar suas reais necessidades, investindo de forma segura em mecanismos que  
829 garantam melhorias do serviço e satisfação dos usuários. A Presidente ratificou a  
830 redução das dificuldades quanto a hardwares e softwares vêm diminuindo com a  
831 presença do assessor, agradecendo ao Plenário pelo voto de confiança ao aprovar a  
832 Deliberação que criou o cargo que este ocupa. Destacou também que o profissional  
833 facilitou a comunicação com contratados, com um diálogo mais eficiente entre o  
834 Regional e a empresa que desenvolve o sistema utilizado, por exemplo. Dr. José dos  
835 Passos Neto indagou qual o planejamento para dar mais estabilidade aos serviços  
836 realizados nas Seccionais, sendo esclarecido que o problema está sendo investigado  
837 e que todas as intercorrências repassadas são importantes por constituírem um  
838 histórico favorável a identificação das mazelas. Dra. Flávia de Abreu Chaves  
839 complementou já ter sido constatado que a queda no sistema ocorre de forma  
840 simultânea entre as Seccionais, sendo possível antever que isto vem ocorrendo  
841 devido as alterações realizadas pelo programador que deverá entregar oficialmente o  
842 sistema próprio em julho do corrente ano. De outra forma, ratificou serem  
843 imensuráveis os benefícios advindos com a contratação de Sanderval Maia dos  
844 Santos, uma vez que resolveu pendências para as quais o Regional não possuía  
845 colaborador qualificado motivando economia e eficiência nas atividades relacionadas  
846 ao setor de TI. Dr. Silvio Franchetti informou ter identificado avanços no programa  
847 operado pela Fiscalização, ainda que por vezes o serviço de internet no município em  
848 que é utilizado, prejudica o acesso. Sem mais, para melhor compreensão dos  
849 farmacêuticos de que o sistema está sendo aprimorado, Dr. José dos Passos Neto  
850 sugeriu divulgar a intervenção nas mídias do Regional. A proposta foi acatada pelo  
851 grupo. -----

852 **Processos Administrativos Fiscais:** O Gerente de Fiscalização prosseguiu  
853 destacando que no mês de abril 100 (cem) processos não tiveram defesa  
854 apresentada, 57 (cinquenta e sete) foram indeferidas tempestivamente e 3 (três)  
855 canceladas por vícios administrativos. A pedido do Conselheiro Dr. Arnaldo Zubioli, o  
856 Departamento prestou esclarecimentos em relação a alguns autos indeferidos. Dr.  
857 Eduardo Antonio Pereira Pazim atentou a decisões judiciais contrárias ao  
858 entendimento de que a simples presença do farmacêutico, ainda que não registrado  
859 para o horário, seria suficiente para evitar qualquer tipo de penalidade. A Assessora  
860 Jurídica, Dra. Josiane Martinha do Prado, explicou que a demanda motivou quatro  
861 ações contra o CRF-PR, informando aos presentes os autos em tramitação, a saber:  
862 n. 5032577-50.2017.4.04.7000/PR; n. 5047963-57.2016.4.04.7000/PR; n. 5013280-  
863 57.2017.4.04.7000/PR; e n. 5059511-79.2016.40.4.7000/PR. Destes, relatou que  
864 apenas o último não fora julgado, tendo os demais o proferimento de decisão favorável



865 ao Conselho, conforme documentado em trecho de acordão lido ao Plenário e aqui  
866 documentado: “o responsável técnico com responsabilidade anotada no CRF não é  
867 requisito meramente formal, passível de dispensa no caso concreto. Trata-se, sim, de  
868 uma das condições necessárias para o funcionamento de farmácias e drogarias,  
869 sendo clara, aqui, a intenção dos legisladores”, e mais, “correta é a exigência da  
870 presença de responsável técnico anotado para todo o período de funcionamento das  
871 farmácias e drogarias, sob pena de incorrer em infração passível de multa, nos termos  
872 do art. 24 da Lei n. 3.820/60, c/c o art. 15 da Lei n. 5.991/73”, sendo citado ainda pela  
873 Assessora a Lei n. 6.839/80, que obriga o registro de empresas e a anotação dos  
874 profissionais legalmente habilitados, delas encarregados. Frente ao exposto, Dra.  
875 Josiane Martinha do Prado destacou expectativa positiva em relação ao auto ainda  
876 pendente de julgamento, uma vez que a juíza para o qual foi distribuída a ação é a  
877 mesma que se manifestou favorável ao Regional em mesmo objeto anteriormente  
878 apreciado. Finalizando, solicitou aos Conselheiros que considerem as informações  
879 supracitadas quando da análise de Processos Administrativos Fiscais. A Presidente  
880 destacou que as decisões proferidas são uma vitória para o Regional, trazendo a  
881 valorização do profissional farmacêutico e dos serviços prestados por este Órgão de  
882 representação, subsidiando ainda as ações fiscalizatórias promovidas por este. Dra.  
883 Lia Mello de Almeida, Presidente do Sindifar, também manifestou que o entendimento  
884 do judiciário motiva uma assistência farmacêutica mais próxima aos pacientes, uma  
885 vez que o vínculo determinado favorece um acompanhamento mais pessoal e, por  
886 consequência, qualificado e humanizado. Na oportunidade, o Conselheiro Federal, Dr.  
887 Valmir de Santi, explicou que o primeiro dia da Plenária do CFF, a realizar-se em 23  
888 de maio do corrente ano, deverá ser direcionado ao julgamento de processos. Neste  
889 sentido, compartilhou que um grupo tem buscado reduzir a aprovação dos Processos  
890 Administrativos Fiscais quando apresentados em grau de recurso, em especial no que  
891 se refere a aceitação de qualquer atestado como justificativa para ausência. De outro  
892 modo, compartilhou que o principal argumento de quem entende ser dispensável a  
893 aplicação de qualquer critério quando da análise do documento, seria que alguns  
894 Regionais multam já na primeira ausência, sendo o atestado uma defesa para o  
895 farmacêutico que porventura, pela primeira vez tem flagrada sua falta. Não obstante,  
896 ratificou que a interpretação não caberia ao CRF-PR, que segue dados constituintes  
897 de um Perfil de inspeção antes de punir o profissional ausente, ou seja, quando da  
898 apresentação de um atestado para recorrer da multa, já existira uma série de outras  
899 ausências documentadas, que culminaram na punição devido a uma série de fatores,  
900 entre eles, a reincidência. Nestes termos, Dra. Mirian Ramos Fiorentin ponderou que  
901 ao autorizar os Conselhos a multarem já na primeira ausência, se abstendo de  
902 constituírem o perfil do profissional, o Federal contribui para o agravamento da  
903 situação, em especial quando o julgamento analisa esta prática e não a seguida por  
904 este Regional. A Presidente também compartilhou ter sugestionado ao CFF um  
905 encontro nacional de ética, a fim de alinhar as ações entre as diferentes Entidades,  
906 mas não obteve devolutiva. Dr. Silvio Franchetti destacou que se faz necessário  
907 analisar os atestados médicos com critério, separando as referências a procedimentos  
908 eletivos em relação a verdadeiras urgências. Dr. Arnaldo Zubioli opinou que o histórico  
909 do farmacêutico também deve ser considerado, atentando ao princípio da  
910 razoabilidade antes de aplicar multa por alguma infração cometida por este. Na  
911 sequência, Dr. Eduardo Antonio Pereira Pazim avisou sobre a existência de 08 (oito)  
912 defesas deferidas para análise do Plenário. Com 07 (sete) relatos sob sua



913 responsabilidade, Dr. Arnaldo Zubioli solicitou a revisão dos Processos  
914 Administrativos números 20715; 30015; 31498; 35035; 38305; e 47806. Justificou que,  
915 depois de ter consultado os Departamentos Jurídico e de Fiscalização para sanar  
916 algumas dúvidas, concluiu pela alteração do próprio entendimento. Já em relação ao  
917 PA número 27449, referente à Atalanta Distribuidora de Produtos Naturais,  
918 Fitoterápicos e Médicos Ltda, CNPJ 82.504.622/0001-11, autuada por não possuir  
919 responsável técnico para todo o horário de funcionamento, o Conselheiro entendeu  
920 aceitável a justificativa de que a regularização aconteceu de forma imediata à  
921 inspeção, considerando ainda que, apesar de não anotado, existia profissional  
922 farmacêutico presente. Em votação, o deferimento foi aprovado, com voto contrário  
923 do Dr. José dos Passos Neto, do Dr. Edmar Miyoshi e do Dr. Marcio Augusto  
924 Antoniassi. Ainda sobre os Processos Administrativos, Dra. Marina Gimenes relatou  
925 auto de infração lavrado na ausência de profissional, contra o estabelecimento  
926 Limberger Medicamentos Ltda, CNPJ 15.229.177/0001-31. A Conselheira se disse  
927 favorável aos argumentos da defesa que comprovou que no período da autuação o  
928 farmacêutico estava em férias e que esta não fora devidamente documentada no  
929 sistema CRF em Casa por problemas no acesso, mas notificada ao Regional por e-  
930 mail. Frente ao exposto, o deferimento foi aprovado por unanimidade. Sem mais, o  
931 Gerente do Departamento de Fiscalização, Dr. Eduardo Antonio Pereira Pazim,  
932 procedeu a apresentação dos processos administrativos fiscais para apreciação e  
933 julgamento do Plenário sendo: -----

934 **100 (cem) processos que não apresentaram defesa, resultando na aplicação da**  
935 **penalidade de multa:** ■ 3284 - Farmacia Americana Ltda Me AI 21381804081527  
936 ■ 7236 - Farmacia E Perfumaria Edegard Basso Ltda Epp AI 21411804281223  
937 ■ 9530 - Farmacia Drogaba Ltda AI 21381804281504 ■ 10553 - Drogalea - Com  
938 Prod Farm Ltda AI 21381804081552 ■ 12017 - M A Martins E Martins Ltda Epp AI  
939 20231803270841 ■ 13113 - Farmacia Acelino Ltda Me AI 21411804140851 AI  
940 21381804301035 ■ 14254 - Sergio Paulo Dias AI 20231804111040 ■ 15060 -  
941 Regina M K Sakamoto & Cia Ltda Epp AI 21381804141150 ■ 15393 - Comercio De  
942 Medicamentos Fonseca Ltda Me AI 21411804081210 AI 20261804230945 ■ 15497  
943 - Farmacia Zandofarma Ltda AI 21381804281510 ■ 15760 - Derlifarma Com De  
944 Medicamentos E Perf Ltda Me AI 20011804121144 ■ 15916 - Alves Vieira & Vieira  
945 Ltda Me AI 21351804221450 ■ 17811 - D O De Lima Medicamentos - Me AI  
946 20491804261852 ■ 17921 - E Anibal & Cia Ltda Me AI 21351804071005 ■ 19875  
947 - Machuchek & Baroni Ltda - Epp AI 20261804061133 AI 20261804241107 ■ 23225  
948 - Cabral Comercio De Medicamentos Ltda AI 20491804070644 AI 20491804280141  
949 ■ 25048 - Aimores Comercio De Medicamentos Ltda Epp AI 20401803281220 AI  
950 20401804111322 ■ 26940 - Posto De Medicamentos Nelson Ltda Me AI  
951 21381804161036 ■ 27210 - M D C Brito & Cia Ltda - Me AI 21381804281120  
952 ■ 27398 - Botica Doutor Cantarela Ltda Me FI 01 AI 21381804050900 ■ 28484 -  
953 Drogaria Samara Ltda Me AI 21381804141001 ■ 29219 - Enfase Empreendimento  
954 Com Farmaceutico Ltda - Me AI 20011804050941 ■ 31498 - O C Medicamentos  
955 Ltda AI 21341804071557 ■ 32477 - Gosalan & Gosalan Ltda Me AI  
956 21381804281758 ■ 32646 - Nkn Com Prod Farmaceuticos Ltda Me - Mtz AI  
957 21361804081322 ■ 33640 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 53 AI  
958 20261804091225 ■ 34077 - Farmacia Ana Luiza Ltda Me AI 20401804091534  
959 ■ 34107 - Farmacia Cantele Ltda Me AI 21381804080954 AI 21381804290919  
960 ■ 35824 - Secretaria De Estado Da Saude - Sesa AI 87237/18 ■ 36562 - Jj Ribeiro



961 Comercio De Medicamentos E Perf Ltda Me AI 21381804281105 ■ 37652 - Elyete  
962 Dornhert Souza AI 21381804031923 AI 21381804281839 ■ 38130 - Sandro Marcon  
963 Batista - Me AI 87189/18 ■ 39276 - Medicamentos Silva & Souza Ltda Me AI  
964 21351804051524 ■ 39378 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 116 AI  
965 20261804241641 ■ 40494 - Nenzizo Jose Tonin Me AI 20371803261623 AI  
966 20371804301351 ■ 40584 - M & M Medicamentos Ltda Me AI 21351804041044  
967 ■ 40636 - Rocha & Lamur Medicamentos Ltda Me FI 01 AI 20041804051118  
968 ■ 40933 - Farmacia Harada Demizu Ltda AI 20051804101048 ■ 40944 - Trevizam  
969 & Cia Ltda AI 20491804141218 ■ 43353 - Elizete Urbano De Araujo Me AI  
970 20041804051433 ■ 43730 - Cleverson Souza Andrioli Me AI 21381804041842 AI  
971 21381804281831 ■ 44208 - Drogarias Paranaenses Com De Medicamentos Ltda  
972 Me AI 21381804141414 ■ 44220 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 295 AI  
973 20491804292115 ■ 45361 - Drogaria Ajala Ltda - Me AI 20491804071515 ■ 45697  
974 - Anderson Jose Tres - Me AI 21411804071809 ■ 47754 - Raia Drogasil S.A. FI 140  
975 AI 21411804291638 ■ 47766 - Raia Drogasil S.A. FI 335 AI 21351804130601  
976 ■ 47835 - Raia Drogasil S.A. FI 141 AI 21411804122050 AI 21411804262210  
977 ■ 48071 - Pereira E Oliveira Farmacia Ltda Me AI 21411804301737 ■ 49874 -  
978 Raia Drogasil S.A. FI 328 AI 21381804032130 ■ 50138 - Farmacia Bj Ltda Me AI  
979 21361804110848 ■ 51083 - Farmacia Vale Verde Ltda AI 20371803261340  
980 ■ 52348 - Agii - Comercio De Medicamentos Ltda AI 21411804081257 ■ 52492 -  
981 Farmacia E Drogaria Lp Cantele Ltda - Me AI 21381804081009 ■ 52665 - Nely Maria  
982 Deczka Me AI 21361802081114 AI 21361804091743 ■ 52844 - Fatima Conceicao  
983 De Oliveira Farmacia Eireli Me AI 20261804051700 ■ 52888 - Drogaria Veneza Ltda  
984 - Me AI 20261804101002 AI 20261804231043 ■ 52931 - Farmacia Brasil Ltda - Me  
985 AI 21381804051016 AI 21381804171643 ■ 53318 - Eder De Freitas Lima - Me AI  
986 20231803271658 AI 20231804101654 ■ 53441 - Strapafarma Ltda - Me AI  
987 20011804041406 AI 20011804271415 ■ 53459 - C Bortoluzzi & Cia Ltda Me FI 03  
988 AI 21061804100840 ■ 53636 - 24horas Drogaria Ltda Me AI 21381804081715  
989 ■ 53852 - J C Ramos - Farmacia E Comercio Eireli - Me AI 21411804281558  
990 ■ 53868 - Farmacia Terra Boa Ltda - Me AI 21381804051104 ■ 53931 - Drogaria  
991 Athena Ltda - Me AI 21381804290852 ■ 54416 - Rigoni & Rocha Medicamentos  
992 Ltda - Me AI 20011804041002 ■ 54459 - Farmacia E Drogaria Campobras Ltda AI  
993 21341804301429 ■ 54462 - W Nandi E Cia Ltda Me FI 01 AI 21361804081253  
994 ■ 54546 - Mayckol Gomes Da Rocha Farmacia - Me AI 21381804071103 ■ 54593  
995 - Farmacia Santa Rita De Maringa Ltda Me - FI 01 AI 20231804271059 ■ 54915 -  
996 Drogaria Ssg Farma Ltda - Me AI 21411804141114 ■ 54922 - Raia Drogasil S.A. FI  
997 757 AI 21381804032119 ■ 55061 - Porto, Maria & Cia Ltda - Me AI 20371803291257  
998 ■ 55095 - Alves & Burbello Ltda - Me AI 21411804141057 ■ 55424 - Nossa  
999 Farmacia Popular Com Med Ltda - Me AI 20261804051635 AI 21411804281536  
1000 ■ 55448 - Adriane Cristiane De Lara & Cia Ltda - Me AI 20261804161342 ■ 55715  
1001 - Farmacia E Drogaria Campobras Ltda FI 12 AI 20491804080945 ■ 56027 - Flavio  
1002 Do Nascimento - Me AI 21361803271156 ■ 56382 - Pharmacarmo Eireli - Me AI  
1003 20261804041755 AI 20261804111622 ■ 56412 - Farmacia Fenelon Ltda - Epp AI  
1004 21411804261935 ■ 56726 - Farmacia Filadelfia Eireli - Me FI 01 AI 21341804041118  
1005 AI 21341804301153 ■ 57103 - Aguiar & Machado Ltda - Me AI 20231803151443. -  
1006 **57 (cinquenta e sete) processos para aplicação da penalidade considerando as**  
1007 **defesas indeferidas tempestivamente:** ■ 10484 - Farmacia Farmacenter Ltda -  
1008 Me AI 20041704071535 ■ 12774 - Glapinski & Glapinski Ltda FI 01 AI



1009 20041611170725 ■ 13088 - Bercot & Santos Ltda - Filial II AI 21231703041005  
1010 ■ 16381 - W A Barros & Cia Ltda Me AI 20231705150832 ■ 19059 - Drogaria  
1011 Matinhos Ltda Epp AI 21381704182010 ■ 21021 - Homeopatia Carvalho Fernandes  
1012 Ltda AI 20261704181037 ■ 21346 - Nubia Schawambach Me AI 20261703221520  
1013 ■ 23710 - Nevair Castorino Barbosa & Filho Ltda AI 21361703231219 ■ 23998 -  
1014 Lima Comercio De Medicamentos Ltda - Me AI 21381703181743 ■ 24329 -  
1015 Prefeitura Municipal De Salto Do Itarare AI 80752/17 ■ 24346 - Farmacia Getulio  
1016 Vargas Ltda - Me AI 20041704061341 ■ 24486 - Alopatica Com De Produtos  
1017 Farmaceuticos Ltda Me AI 20011705221456 ■ 26920 - Hospital Santa Cruz Do  
1018 Pinhao Ltda AI 21361702101713 ■ 27894 - Naty Farma Farmacia E Perfumaria Ltda  
1019 AI 21391705271233 ■ 28248 - Walter Dolenz & Cia Ltda Epp AI 21231704291325  
1020 ■ 30938 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 44 AI 21381704182217 ■ 30963 -  
1021 Empreendimentos Pague Menos S/A FI 222 AI 20061705251228 ■ 32814 -  
1022 Farmacia E Drogaria Nissei Ltda FI 47 AI 21391705242038 ■ 32815 - Farmacia E  
1023 Drogaria Nissei S/A FI 46 AI 20261702231230 ■ 32828 - Farmacia J F Bazzo Ltda  
1024 Me AI 21341705201207 ■ 33689 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 56 AI  
1025 21371702072026 ■ 34021 - Farmacia Sao Gabriel Ltda Me AI 21231705201806  
1026 ■ 34131 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 58 AI 20061704051220 AI  
1027 20061705231545 ■ 37458 - Jocilmara Terezinha Popia Me FI 01 AI  
1028 21361704230927 ■ 37816 - Farmacia Mini Preço De Peabiru Ltda Me AI  
1029 20231704251207 ■ 38130 - Sandro Marcon Batista - Me AI 21061705210850  
1030 ■ 39286 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 127 AI 21371702241211 ■ 39667 -  
1031 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 140 AI 21381702072011 ■ 39937 - Farmacia E  
1032 Drogaria Nissei S/A FI 99 AI 20011701241051 ■ 40328 - Farmacia E Drogaria Nissei  
1033 S/A FI 143 AI 21371702212109 ■ 40672 - Villordo E Weckbrodt Ltda Epp AI  
1034 21231702072317 ■ 41223 - Fabiano Hosel De Carvalho Me AI 21361703290949  
1035 ■ 41422 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 148 AI 20011703301648 ■ 41630 -  
1036 Farmacia Marechal Eireli - Me AI 21231701050853 ■ 42363 - Wendel Aparecido  
1037 Nunes & Cia Ltda Me AI 20061703021002 ■ 42378 - Caitano & Caitano Ltda Me AI  
1038 21341701060929 ■ 42737 - Comercio De Medicamentos Jst Ltda - Me AI  
1039 20401702061657 AI 20401704171728 ■ 44787 - Ortoart Materiais Cirurgicos Ltda  
1040 Me AI 21381704171640 ■ 45111 - Teixeira & Conforto-Com De Medicamentos Ltda  
1041 Me AI 21371611261615 ■ 45793 - Biovel Lab Analises Pesquisas Clinicas Ltda FI  
1042 10 AI 21341704240821 ■ 47407 - V2 Comercio De Produtos Farmaceuticos Ltda  
1043 Me AI 21061701101037 ■ 47657 - Jefferson Zampier & Cia Ltda - Me AI  
1044 20041701191229 ■ 49245 - Farmacia Iterra Ltda Me AI 21341702191156 ■ 49679  
1045 - Iguassu Farma Ltda Me AI 21341611241843 ■ 50868 - Callfarma Comercio De  
1046 Medicamentos Eireli - Me AI 21361611061902 ■ 50916 - Glapinski & Glapinski Ltda  
1047 FI 21 AI 21361611291816 ■ 51398 - Vanessa Martinelli De Oliveira Farmacias Me  
1048 AI 87183/16 ■ 51500 - Alceu Lopes Dos Santos Com De Medicamentos Eireli AI  
1049 20011703131659 ■ 52812 - Farmacia Kayssa Ltda - Epp AI 20061702221710  
1050 ■ 52817 - Quimpar Dist De Insumos Farmaceuticos Ltda - Epp AI 20261611081141  
1051 ■ 53218 - Dimed S/A - Distribuidora De Medicamentos FI 534 AI 21371701221411  
1052 ■ 54322 - Eledir F Ribeiro Makohin Medicamentos - Me AI 21361701161811  
1053 ■ 54557 - Raia Drogasil S.A FI 724 AI 21371702072232 ■ 55217 - Cristiane  
1054 Ossovski - Me AI 21381701141719 ■ 55280 - Jose Leonardo & Cia Ltda Me AI  
1055 21361703231252. -----



1056 **02 (duas) defesas deferidas:** ■ 27449 - Atalanta Dist de Prod Nat. Fitoterapicos E  
1057 Med AI 20051703201416, por maioria dos votos. ■ 46703 - Limberger  
1058 Medicamentos Ltda AI 21341611061612, por unanimidade. -----  
1059 **Dentre as defesas deferidas submetidas à apreciação, 06 (seis) processos foram**  
1060 **retirados de pauta pelo Conselheiro Arnaldo Zubioli para revisão de seus**  
1061 **pareceres, sendo eles:** ■ 20715 - Prefeitura Mun Marechal Candido Rondon AI  
1062 21341703231140 ■ 30015 - Sidaw Com Prod Farmaceuticos Ltda Epp FI 03 AI  
1063 21351702190837 ■ 31498 - O C Medicamentos Ltda AI 21341702071659 ■ 35035  
1064 - Dalsan Produtos Farmaceuticos Ltda - Me AI 21351701291506 ■ 38305 - Leila  
1065 Regina Fraresso - Me - FI 01 AI 21391701211506 ■ 47806 - R G Baldin & Palacio  
1066 Ltda Me AI 20401704071645. -----  
1067 **03 (três) processos cancelados, sendo eles:** ■ 27811 - Zulma Fernandes Me AI  
1068 21061705031113, considerando que o auto de infração foi lavrado na ausência do  
1069 profissional, no entanto a empresa ficou ciente da notificação somente após a visita  
1070 da Fiscalização. ■ 37701 - Fernando Neto Me AI 20371803271400, considerando  
1071 que o auto de infração foi lavrado na ausência do profissional, no entanto a empresa  
1072 não havia sido notificada. ■ 55942 - Dimed S/A - Distribuidora De Medicamentos AI  
1073 21361707221931, considerando que o auto de infração foi lavrado por carga horária  
1074 insuficiente, no entanto a empresa teve ciência do ofício intimando-a a regularizar  
1075 após a visita do fiscal. -----  
1076 **Retificamos a decisão do Plenário de 18.08.2017:** referente ao processo que foi  
1077 votado pela aplicação da penalidade: ■ 47754 – Raia Drogasil S.A. FI 140 – AI  
1078 20011707051635, considerando que o auto de infração lavrado não foi assinado pelo  
1079 fiscal do CRF-PR, descumprindo o disposto no art. 6º, inciso VIII, da Resolução n.  
1080 566/2012 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), tornando-o inválido. -----  
1081 Por fim, a Presidente submeteu os Processos Administrativos Fiscais, acima  
1082 descritos, à votação, sendo aprovados por unanimidade. -----  
1083 **Alteração da Deliberação n. 797/2012 que institui a Declaração de Atividade**  
1084 **Profissional, DAP — 1ª discussão:** Dr. Silvio Franchetti explicou que a normativa  
1085 reformula o regramento vigente com o intuito de trazer maior agilidade e facilidade  
1086 quando da substituição eventual ou temporária de profissional farmacêutico, de modo  
1087 a não prejudicar a assistência prevista em lei. Assim, a DAP poderá ser utilizada por  
1088 empresas ou estabelecimentos que necessitem preencher horários advindos de  
1089 folgas, plantões, licenças ou outras ocorrências que impeçam a efetiva assistência  
1090 técnica de diretores, assistentes ou substitutos. Para tanto, a substituição temporária,  
1091 efetuada de forma presencial, deverá ser entregue ao CRF-PR com antecedência  
1092 mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis, ou digitalmente, pelo CRF em Casa. O  
1093 Farmacêutico Fiscal atentou ainda que a nova proposta dispensa a assinatura do  
1094 Representante Legal ou do Diretor Técnico e terá validade de 30 dias, entre outras  
1095 regras expostas e estudadas artigo por artigo pelos Conselheiros, além de seus  
1096 anexos. Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki ponderou a disponibilização do  
1097 serviço exclusivamente no meio eletrônico, sendo esclarecido pelo Farmacêutico  
1098 Fiscal que o atendimento presencial é importante para ampliar a possibilidade de  
1099 requerer o documento. Ainda com a palavra, Dr. Silvio Franchetti confirmou, à Dra.  
1100 Karen Janaina Galina, que o responsável pelo estabelecimento terá acesso à  
1101 declaração efetuada por seu contratado, de modo a certificar a realização do  
1102 procedimento. Dra. Flávia de Abreu Chaves complementou que algumas mudanças  
1103 precisam ser realizadas no sistema para abrigar os serviços previstos pela



1104 Deliberação ora apreciada, explicando que atualmente uma DAP inserida no cadastro  
1105 de um estabelecimento, automaticamente aparece no quadro de horários praticados  
1106 pelos profissionais deste. Dr. Marcio Augusto Antoniassi questionou a possibilidade  
1107 de farmacêuticos em folga utilizarem a Declaração para suprir eventuais ausências  
1108 em estabelecimento divergente a que possui o vínculo, sendo esclarecido pela  
1109 Gerente que o procedimento dificulta o processo fiscalizatório quanto à efetiva  
1110 presença no horário declarado e Dr. Silvio Franchetti complementou que depende da  
1111 análise da escala de trabalho apresentada pelo requerente. Dra. Lia Mello de Almeida  
1112 opinou não identificar problemas na opção profissional de atuar amparado pela DAP  
1113 quando em folga na empresa a qual se vincula, defendendo que a possibilidade não  
1114 poderia ser rejeitada por entraves de sistema. Frente a possibilidade ilimitada de  
1115 contratação de farmacêuticos com DAP, a Presidente do Sindifar-PR questionou ainda  
1116 se o entendimento não favoreceria um aumento no número de farmacêuticos sem  
1117 registro trabalhista e Dr. Silvio Franchetti esclareceu que isto não deverá acontecer  
1118 porque o substituto só poderá ser utilizado por empresas com todos os horários  
1119 registrados regularmente junto ao Conselho. Dr. Valmir de Santi manifestou que, a  
1120 partir da DAP, será possível somar aos profissionais que prestam assistência a  
1121 determinado estabelecimento, ratificando a substituição de colegas com horário  
1122 específico anotado no CRF-PR, mas que, por ventura necessitem ausentar-se do  
1123 trabalho. O Conselheiro Federal manifestou ainda a existência de instrumentos para  
1124 acompanhar a efetividade do regramento, bem como para suspensão de sua  
1125 aplicação caso constatados prejuízos à Classe Farmacêutica. Sem mais, a Presidente  
1126 submeteu a minuta à votação, sendo aprovada por unanimidade com dispensa de  
1127 nova apreciação. A Deliberação deverá ser publicada pelo número 950/2018. -----  
1128 Dra. Mirian Ramos Fiorentin suspendeu Sessão Plenária para almoço. -----  
1129 A Presidente retomou a Sessão às quatorze horas, solicitando que os demais  
1130 presentes que se retirassem, tendo em vista o início do julgamento dos Processos  
1131 Disciplinares Ético. -----  
1132 **Presentes: Dr. Arnaldo Zubioli, Dr. Edmar Miyoshi, Dr. Fábio de Brito Moreira,**  
1133 **Dr. José dos Passos Neto, Dra. Karen Janaina Galina, Dra. Leila de Castro**  
1134 **Marques Murari, Dr. Marcio Augusto Antoniassi, Dra. Maria do Carmo Marques**  
1135 **Baraldo, Dra. Marina Gimenes, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto, Dra.**  
1136 **Mirian Ramos Fiorentin, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki, Dra. Nádia**  
1137 **Maria Celuppi Ribeiro e Dra. Sandra Iara Sterza.** -----  
1138 O Conselheiro Dr. Arnaldo Zubioli estava presente, porém não participou da votação  
1139 de nenhum Processo Ético por declarar-se impedido. -----  
1140 **Processos Éticos:** Houve a presença do profissional T.K e seu procurador Frederico  
1141 Felipe Serra Freitas, OAB/PR 81.475. Após apreciação e julgamento dos Processos  
1142 Disciplinar Éticos, o Plenário decidiu da seguinte forma: -----  
1143 **Pela aplicação de multa de um salário mínimo no valor de referência para o ano**  
1144 **de 2016 - R\$ 880,00 aos seguintes processos:** PROC.055/17; PROC.037/17;  
1145 PROC.061/17; PROC.111/17; PROC.094/17; PROC.045/17; PROC.068/17. -----  
1146 **Pela aplicação de multa de dois salários mínimos no valor de referência para**  
1147 **2016 - R\$ 1.760,00 aos seguintes processos:** PROC.042/17; PROC.043/17;  
1148 PROC.007/17. -----  
1149 **Pela aplicação de multa de dois salários mínimos no valor de referência para o**  
1150 **ano de 2017 - R\$ 1.874,00 ao seguinte processo:** PROC.048/17. -----



1151 **Pela aplicação de multa de três salários mínimos no valor de referência para o**  
1152 **ano de 2016 - R\$ 2.640,00 ao seguinte processo:** PROC.096/17. -----  
1153 **Pela aplicação de multa de três salários mínimos no valor de referência para o**  
1154 **ano de 2017 - R\$ 2.811,00 ao seguinte processo:** PROC.064/17. -----  
1155 **Os Processos retirados de Pauta foram:** PROC.104/17; PROC.017/17;  
1156 PROC.060/17; PROC.090/17; PROC.012/17; PROC.034/17; PROC.053/17;  
1157 PROC.046/17. -----  
1158 Concluído o julgamento dos Processos Éticos, o Plenário consentiu em convidar os  
1159 interessados para a retomada da discussão sobre os itens da Pauta não apreciados  
1160 dentro do cronograma inicial, devido ao prolongamento das considerações sobre os  
1161 temas abordados no período na manhã. -----  
1162 **Minuta de Deliberação que regulamenta o serviço de farmácia móvel – 1ª**  
1163 **discussão:** Dr. Silvio Franchetti esclareceu que a proposta busca normatizar uma  
1164 estratégia que começa a ser aplicada por Gestores paranaenses. Assim, explicou que  
1165 a farmácia móvel não seria, necessariamente, caracterizada pelo uso de um veículo,  
1166 mas também, a dispensação em unidade de saúde afastada, em região de baixa  
1167 densidade demográfica ou de difícil acesso, obedecidas as especificações dispostas  
1168 na minuta. A partir da leitura de toda a minuta, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki  
1169 elogiou a proposta, opinando que, apesar de julgar necessárias algumas  
1170 considerações, a normativa deverá auxiliar o atendimento à Deliberação n. 914/2017,  
1171 sobre a qual os municípios serão oficiados a apresentarem um plano de assistência  
1172 farmacêutica. Dr. Arnaldo Zubioli sugeriu promover maior clareza na ementa,  
1173 substituindo o texto atual por “dispõe sobre o registro de farmacêutico de atividade  
1174 profissional em farmácia pública móvel e/ou rural no Conselho Regional de Farmácia  
1175 do Estado do Paraná” e Dr. Edmar Miyoshi e Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki  
1176 motivaram reflexão sobre o uso do termo rural, concluindo-se por sua substituição  
1177 pela denominação ponto de apoio, tal qual utilizada pelo Sistema Único de Saúde para  
1178 designar estas unidades. Neste contexto, Dr. Silvio Franchetti se comprometeu a  
1179 inserir a alínea “c” no parágrafo único do artigo 2º da minuta, a fim de descrever de  
1180 forma independente as unidades rurais como possibilidade de execução da  
1181 assistência farmacêutica através de Farmácia Pública Móvel. Sobre a vedação de  
1182 estocagem permanente de medicamentos, explicou que caberá ao serviço de  
1183 fiscalização verificar seu cumprimento, de modo a evitar que um estabelecimento  
1184 móvel se torne definitivo. Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo sugeriu rever a  
1185 vinculação da Farmácia Pública Móvel à unidade de prestação de serviços público de  
1186 saúde, prevista no artigo 2º, direcionando a base para farmácia específica, ou Central  
1187 de Distribuição de Medicamentos e Dra. Karen Janaina Galina propôs convidar a  
1188 farmacêutica responsável por serviço já existente no município de Maringá, a fim de  
1189 entender melhor a prática do projeto, esclarecendo dúvidas sobre a real aplicabilidade  
1190 do que o Regional por ora busca regulamentar por Deliberação. Dr. Silvio Franchetti  
1191 concordou que a legislação não contempla todas as nuances possíveis na prestação  
1192 do serviço, mas faz-se muito importante por garantir a assistência farmacêutica  
1193 responsável, podendo ser revista e aprimorada a qualquer momento. Dra. Mônica  
1194 Holtz Cavichiolo Grochocki solicitou que, após os ajustes já solicitados pela Plenária,  
1195 a proposta seja remetida para análise da Comissão Assessora de Assistência  
1196 Farmacêutica no Serviço Público. Dra. Nádia Maria Celuppi Ribeiro complementou  
1197 que, paralelo a análise da Cafsus, atenda-se a proposta da Dra. Karen Janaina Galina,  
1198 convidando representante de Maringá a expor aos Conselheiros o projeto de farmácia



1199 móvel em prática no município. Nestes termos, frente ao grande interesse do grupo  
1200 em contribuir no aprimoramento da normativa, Dra. Mirian Ramos Fiorentin adiantou  
1201 que o item será retomado na pauta da Reunião Ordinária de julho. -----  
1202 **Apresentação das Portarias das Comissões Assessoras:** O Gerente Técnico  
1203 Científico, Dr. Jackson Carlos Rapkiewicz, expôs, para ciência do Plenário, os  
1204 membros nominados para Comissão Assessora de Práticas Integrativas e  
1205 Complementares, a saber: Cristiane Loiva Reichert, Eizi Yamaki, Euclides Lara  
1206 Cardozo Junior, Javier Salvador Gamarra Junior, Kenia Bennemann, Paulo Roberto  
1207 Stoeff e Vinicius Bednarczuk de Oliveira. Sem mais, a Presidente informou que este  
1208 fora o último grupo a ser composto, completando o quadro de Assessoria Técnica  
1209 prestado de forma honorífica por profissionais farmacêuticos de diferentes áreas de  
1210 atuação. -----  
1211 **Apresentação das Atividades de Comunicação:** O Assessor de Comunicação,  
1212 Gustavo Lavorato, relatou as atividades do setor alusivas ao mês de maio. Assim,  
1213 compartilhou a promoção da campanha sobre o uso racional de medicamentos, que  
1214 teve a ideia desenvolvida pelo Regional paranaense e replicada em todo o Brasil. Dr.  
1215 Arnaldo Zubioli lembrou ter criticado a peça publicitária anterior, de outro modo, se  
1216 disse satisfeito com a iniciativa. Ainda referente ao Dia Nacional do Uso Racional de  
1217 Medicamentos, Gustavo Lavorato mostrou fotos e resumiu as atividades  
1218 desenvolvidas em espaços públicos, nas Seccionais de Londrina, Cascavel, Noroeste  
1219 e Sudoeste, além dos municípios de Dois Vizinhos e Palmas. Explanou ainda que a  
1220 iniciativa motivou mais de 50 (cinquenta) inserções espontâneas na mídia, atingindo  
1221 público aproximado de dois milhões de expectadores, sendo que, em cálculo  
1222 alicerçado no custo publicitário dos referidos meios de comunicação, se o espaço  
1223 fosse pago, despenderia cerca de R\$ 485.356,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil,  
1224 trezentos e cinquenta e seis reais). De outro modo, também compartilhou com os  
1225 Conselheiros a estratégia de *merchandising*, em que apresentadores de programas  
1226 televisivos populares promoveram a campanha, além do pagamento de espaço em  
1227 rádios, exposição em mídias sociais e distribuição de cartazes, que contabilizaram  
1228 investimento total de R\$ 30.902.89 (trinta mil, novecentos e dois reais e oitenta e nove  
1229 centavos). A Presidente solicitou os dados da campanha anterior, em que o  
1230 farmacêutico foi apresentado como super-herói, sendo esclarecida que o trabalho  
1231 referenciado fora o de maior receptividade já realizado pela comunicação do Regional,  
1232 tendo alcançado aproximadamente um milhão de visualizações nas mídias sociais.  
1233 Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto pediu que área magistral seja envolvida nas  
1234 próximas ações, se dispendo a compartilhar o conhecimento que possui nos eventos  
1235 realizados em espaços públicos e Dra. Lia Mello de Almeida sugestionou também a  
1236 divulgação da citologia. Dra. Mirian Ramos Fiorentin consultou se esta parceria não  
1237 poderia ser firmada na inclusão de mais uma campanha anual e Dr. José dos Passos  
1238 Neto sugeriu que mantenha-se as mobilizações referentes a janeiro, maio e setembro,  
1239 e entre essas datas, mensalmente, sejam divulgados pelo menos um comunicado  
1240 para os meios de comunicação, principalmente do interior, abordando o uso racional,  
1241 nominando Conselheiro, os responsáveis pelas Seccionais ou os responsáveis por  
1242 célula farmacêutica como possíveis entrevistado. Dr. Edmar Miyoshi aproveitou o  
1243 espaço para explanar o desenvolvimento da última campanha em Ponta Grossa,  
1244 elogiando a iniciativa de membros do CRF-PR Júnior, bem como a efetiva participação  
1245 do farmacêutico Dr. Marcio Antônio Panato. Ainda com a palavra, o Conselheiro  
1246 aproveitou para informar que Dr. Everson Augusto Krum fora eleito Vice-Reitor da



1247 Universidade Estadual de Ponta Grossa, garantindo a representação da Classe no  
1248 grupo gestor da instituição e Dra. Mirian Ramos Fiorentin noticiou que a colega de  
1249 profissão, Dra. Adriane Monteiro, assumira a secretaria de saúde do município de  
1250 Toledo, ratificando o orgulho da representação farmacêutica em importantes cargos  
1251 diretivos, bem como nas campanhas públicas que buscam promover a profissão. ----  
1252 **Relato sobre o Grupo de Estudo em Citologia Clínica:** Dr. Maurício Turkiewicz,  
1253 membro da Comissão Assessora de Análises Clínicas e Coordenador do Grupo de  
1254 Estudo em Citologia, Gecito, foi convidado a se manifestar sobre este último projeto  
1255 que teve início em 2014, entretanto, diferentemente dos anos anteriores em que o  
1256 Regional buscou a parceria da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para  
1257 execução do projeto, neste, a Sesa enviou ao CRF-PR a solicitação para a  
1258 continuidade do grupo de estudo. Assim, explicou que o Gecito iniciou com intuito de  
1259 debater o enfrentamento de problemas, cumprimento de legislações, bem como o  
1260 controle dos testes citopatológicos realizados. Iniciativa com tamanho envolvimento  
1261 que logo os relatórios das atividades mostraram aumento nos indicativos de qualidade  
1262 dos serviços prestados, provando a importância do investimento intelectual promovido  
1263 pelo grupo de estudo. Neste contexto, Dr. Maurício Turkiewicz salientou que o trabalho  
1264 colaborou para um aumento significativo no número de exames citológicos realizados  
1265 por farmacêuticos, referenciando dados do Datasus, fonte oficial de informação do  
1266 Ministério da Saúde, para mostrar o resultado prático: enquanto em 2014 estes  
1267 profissionais autorizaram 14.13% (quatorze ponto treze por cento) dos procedimentos  
1268 realizados, em 2017, contabilizou-se 25.06% (vinte e cinco ponto zero seis por cento)  
1269 dos exames assinados por farmacêuticos no Paraná, número acima da média  
1270 nacional. Ademais, segundo dados da SESA-PR/TABNET, houve uma diminuição do  
1271 número de mortes por câncer do colo do útero em todo o Estado do Paraná. Em 2015  
1272 foram 351 (trezentos e cinquenta e um) óbitos e em 2017, dados preliminares apontam  
1273 255 (duzentos e cinquenta e cinco) óbitos, ou seja, uma queda de 27.35% (vinte e  
1274 sete ponto trinta e cinco por cento) durante esse período. Frente as notáveis  
1275 contribuições à saúde pública, convidou os colegas especialistas em citologia a  
1276 participarem do Gecito e firmarem parceria com laboratórios já vinculados ao SUS,  
1277 uma vez que a Sesa sinalizou expectativa de repassar aos farmacêuticos 35% (trinta  
1278 e cinco por cento) das cotas relacionadas à demanda. Dra. Mirian Ramos Fiorentin  
1279 lembrou a importância do trabalho do Regional e da Sesa na ruptura de um monopólio  
1280 médico, provando a capacidade farmacêutica para realizar os exames antes  
1281 assinados apenas por estes. Neste viés, Dr. José dos Passos Neto sugeriu produzir  
1282 reportagem a respeito, a fim de divulgar a conquista e ainda incentivar aos colegas a  
1283 investirem na área. Finalizando, Dr. Maurício Turkiewicz estendeu o convite aos  
1284 Conselheiros para participarem do grupo de estudo referenciado. -----  
1285 **Encerramento:** Sem mais, a Presidente, Dra. Mirian Ramos Fiorentin, agradeceu a  
1286 presença de todos e eu, Dra. Nádia Maria Celuppi Ribeiro, lavrei a presente ata que  
1287 após lida e aprovada, será assinada. -----  
1288 Curitiba, dezoito de maio de dois mil e dezoito. -----  
1289 Dra. Mirian Ramos Fiorentin \_\_\_\_\_ Presidente  
1290 Dr. Márcio Augusto Antoniassi \_\_\_\_\_ Vice-Presidente  
1291 Dra. Sandra Iara Sterza \_\_\_\_\_ Diretora -Tesoureira  
1292 Dra. Nádia Maria Celuppi Ribeiro \_\_\_\_\_ Diretora Secretária-Geral  
1293 Dr. Arnaldo Zubioli \_\_\_\_\_ Conselheiro  
1294 Dr. Edmar Miyoshi \_\_\_\_\_ Conselheiro



1295	Dr. Fábio de Brito Moreira _____	Conselheiro
1296	Dr. José dos Passos Neto _____	Conselheiro
1297	Dra. Karen Janaina Galina _____	Conselheira
1298	Dra. Leila de Castro Marques Murari _____	Conselheira
1299	Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo _____	Conselheira
1300	Dra. Marina Gimenes _____	Conselheira
1301	Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto _____	Conselheira
1302	Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki _____	Conselheira